

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rebecca Frances Atkinson

O INTÉRPRETE EM SEU MEIO PROFISSIONAL

Por uma voz mais alta

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras

Orientadora: Marcia do Amaral Peixoto Martins

Rio de Janeiro
março de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Rebecca Frances Atkinson

O INTÉRPRETE EM SEU MEIO PROFISSIONAL
Por uma voz mais alta

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Marcia do Amaral Peixoto Martins
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Paulo Fernando Henriques Britto
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Heloísa Gonçalves Barbosa
Faculdade de Letras - UFRJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 17 de março de 2006

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Rebecca Frances Atkinson

Graduou-se em Música na Universidade de Manchester (Reino Unido), em 1988. Recebeu o *Diploma in Teaching English as a Foreign Language to Adults* (DTEFLA) da University of Cambridge Local Examinations Syndicate (UCLES), em 1994, e formou-se como intérprete pelo Curso de Formação de Intérpretes de Conferência do CCE/PUC-Rio, em 2002. Atua como tradutora e intérprete de inglês e português. Ministrou o módulo de versão no curso de formação de tradutores inglês-português do CCE/PUC-Rio.

Ficha catalográfica

Atkinson, Rebecca Frances

O intérprete em seu meio profissional: por uma voz mais alta / Rebecca Frances Atkinson ; orientadora: Márcia do Amaral Peixoto Martins. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Letras, 2006.

81 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Interpretação simultânea. 3. Normas tradutórias. 4. Campo. 5. Habitus. I. Martins, Márcia do Amaral Peixoto. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras . III. Título.

CDD: 400

Agradecimentos

A minha orientadora Marcia Martins pela paciência, flexibilidade e ajuda certa na hora certa

À Vice-Reitoria Acadêmica pela bolsa de isenção

A Maria Paula Frota pelos livros emprestados, referências bibliográficas e consultas

Aos intérpretes que contribuíram para a pesquisa

Ao Prof. André Rios pelos conhecimentos compartilhados

A Chiquinha pela eterna boa vontade

Aos integrantes da banca examinadora

Aos tradutores colegas do curso de pós-graduação na PUC-Rio pela solidariedade

Às amigas mais próximas pela paciência e confiança

A minha mãe, minha irmã e meu filho

Resumo

Atkinson, Rebecca Frances; Martins, Marcia do Amaral Peixoto (orientadora). **O intérprete em seu meio profissional. Por uma voz mais alta.** Dissertação de mestrado. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006, 81p.

O presente trabalho enfoca a interpretação enquanto atividade social e o intérprete profissional como agente em interação com as outras partes interessadas em eventos mediados por interpretação simultânea. O objetivo principal é caracterizar e explicar as atitudes e crenças do intérprete para com a sua função profissional, bem como suas ações e reações com relação aos outros agentes que participam dos eventos nos quais atuam. São identificadas as fontes e naturezas das pressões e restrições que afetam seu desempenho e a maneira como a profissão vem respondendo a elas no âmbito global e, mais especificamente, no Brasil. Essas questões são abordadas pela perspectiva do próprio intérprete, tomando como foco central suas experiências e expectativas profissionais.

A atividade de interpretação é caracterizada historicamente em contraste com a tradução, e as atitudes predominantes relativas a ambas as áreas em determinadas épocas históricas são descritas. São destacadas as rápidas transformações ocorridas a partir do século XX, tanto nas atividades em si como na sua estruturação profissional e acadêmica. Para identificar as crenças e atitudes dos intérpretes e as restrições às quais são sujeitos, são apresentados os resultados de entrevistas realizadas com profissionais que atuam no Rio de Janeiro. Os dados são analisados com o uso de duas ferramentas teóricas: as normas tradutórias de Gideon Toury e os conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu.

São identificadas as normas inicial e preliminares presentes no mercado carioca, bem como aqueles comportamentos que indicam a existência de um *habitus* compartilhado na profissão e os que apontam para aspectos ainda não consolidados. Quando os dados das entrevistas são analisados junto às informações sobre a evolução histórica da profissão, chega-se à conclusão de que ela representa um campo ou sub-campo ainda em formação. São levantadas as implicações do processo atual de consolidação da profissão e as possíveis sinergias com a academia.

Palavras-chave

interpretação simultânea; normas tradutórias; campo; *habitus*.

Abstract

Atkinson, Rebecca Frances; Martins, Marcia do Amaral Peixoto (tutor). **Interpreters in their professional environment. For a stronger voice.** Master's dissertation. Departamento de Letras, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006, 81p.

This study views interpreting as a socially-oriented activity and the professional interpreter as an agent who interacts with the other stakeholders at events mediated by simultaneous interpreting. Its main aim is to describe and explain interpreters' attitudes and beliefs regarding their profession, as well as their actions and reactions concerning the other agents who take part in the events at which they work. The source and nature of the pressures and restrictions which affect interpreters' performance are identified, as is the profession's response to them on a worldwide and national (Brazilian) level. These issues are viewed from the perspective of interpreters themselves, taking their own professional experiences and expectations as the core focus.

A historical overview of interpreting is presented in contrast with that of translation and the prevailing attitudes towards both areas at given moments in time are described. The rapid changes as of the 20th century seen in both the activities and their respective professional and academic structuring are given special attention. In order to identify the interpreters' beliefs and attitudes and the restrictions they feel, the findings of interviews held with professionals who work in Rio de Janeiro are presented. The data are analysed from two complementary perspectives: Gideon Toury's translation norms and Pierre Bourdieu's concepts of *habitus* and field.

The initial and preliminary norms present in the Rio market are identified, as are those behaviours that indicate the existence of a shared *habitus* in the profession, along with those that point to issues as yet unconsolidated. When the data from the interviews are analysed together with the information about the profession's historical development, it is concluded that the profession represents a field or sub-field in formation. The implications of the current process of consolidation in the profession are raised, as are its potential synergies with the academic world.

Keywords

simultaneous interpreting; translation norms; field; *habitus*.

Sumário

1 Traduzindo em equipe: o intérprete e seu meio profissional	9
2 Interpretação e tradução: vozes distintas ou convergentes?	14
2.1 Breve retrospectiva da tradução e da interpretação – dos primórdios aos dias de hoje	17
2.1.1 Tradução e interpretação na Antigüidade	17
2.1.2 Traduções bíblicas durante a Reforma e as conquistas do Novo Mundo	19
2.1.3 Schleiermacher: tradução e interpretação no âmbito do Romantismo Alemão	22
2.2 Tradução e interpretação a partir do século XX	24
2.2.1 Surgem novas modalidades de prática	24
2.2.2 Amplia-se o escopo dos estudos sobre a tradução	27
2.2.3 Nasce a pesquisa sobre a interpretação	28
2.2.4 Estudos da tradução e estudos da interpretação – terreno comum?	32
3 Ouvindo a voz do intérprete: o profissional em interação	40
3.1 Teoria e Conceitos	40
3.1.1 O conceito de norma e as normas tradutórias de Gideon Toury	41
3.1.2 <i>Habitus</i> e campo: o jogo social de Pierre Bourdieu	44
3.2 Aplicando os conceitos para a interpretação: a metodologia	46
3.2.1 O mercado de interpretação na cidade do Rio de Janeiro .	46
3.2.2 Caracterização dos intérpretes entrevistados	47
3.2.3 Descrição das entrevistas	48
3.2.4 Vantagens e desvantagens da metodologia	49
3.3 Os resultados	51
3.3.1 O evento ideal	51
3.3.2 As restrições	53
3.3.3 Escolhas tradutórias	55
3.3.4 Crenças sobre interpretação	56
4 Vozes unificadas: a profissão em processo de consolidação	59
4.1 Normas inicial e preliminares	59
4.2 <i>Habitus</i> e campo em formação	62
4.3 Perspectivas para os campos profissional e acadêmico	68
Bibliografia	70

Apêndice 1	73
Apêndice 2	78
Apêndice 3	81

Traduzindo em equipe: o intérprete e seu meio profissional

A interpretação é objeto de relativamente poucos trabalhos acadêmicos no mundo todo. No Brasil, existem menos de dez dissertações e teses que tratam do assunto¹. Foi por esse motivo, aliado ao fato de ela ser uma das minhas atividades profissionais – sendo a outra a tradução –, que a escolhi como tema do presente estudo. Mais especificamente, tive como objetivo caracterizar e explicar as atitudes e crenças do intérprete para com a sua função profissional, que aqui se restringe à interpretação simultânea, bem como suas ações e reações com relação aos outros agentes que participam de eventos mediados por interpretação. Busquei entender as fontes e naturezas das pressões e restrições que prejudicam o desempenho do intérprete e a maneira de que a profissão vem respondendo a elas no âmbito global e mais especificamente no Brasil. Procurei enxergar essas questões pela perspectiva do próprio intérprete, tomando como foco central suas experiências e expectativas profissionais. Com isso, a expectativa é que tanto os próprios intérpretes como os outros agentes que atuam em eventos com interpretação se conscientizem da complexidade da atividade e da necessidade de um esforço constante no sentido de fornecer as condições adequadas para garantir o melhor desempenho possível.

Outra motivação por trás da escolha deste tema foi o impacto que senti quando comecei a atuar dentro da cabine depois de anos trabalhando sentada em frente à tela do computador. Nessa transição, encontrei uma série de incompatibilidades entre as duas práticas que me causaram um certo estranhamento e que busquei compreender melhor através do estudo acadêmico. Graças à ênfase acadêmica dada aos estudos da tradução no Programa de Pós-Graduação em Letras na PUC-Rio, bem como a minha familiaridade profissional com tradução e interpretação, procurei integrá-las no primeiro momento. Portanto, a primeira parte do estudo, apresentada no Capítulo 2, é uma revisão bibliográfica envolvendo ambas as áreas, que tem como objetivo encontrar e explicar seus pontos em comum e aspectos divergentes, dentro dos limites geográficos do mundo ocidental. Busquei caracterizar as práticas em si e as alterações que

¹ Há apenas quatro teses e dissertações sobre o assunto no banco de teses da CAPES, e tenho conhecimento de apenas outras três dissertações de mestrado.

sofreram com o passar do tempo, privilegiando as rápidas transformações ocorridas no século XX, inclusive em termos da nascente estruturação das profissões. Contemplei, também, as teorizações e opiniões expressadas a seu respeito em épocas diferentes por tradutores e outras partes interessadas. Essa perspectiva histórica foi útil por salientar os status relativos das duas atividades e como eram considerados seus praticantes pelos usuários de seus serviços.

Quando se passa para a segunda metade do século XX, no entanto, as duas atividades começam a ser objeto de análise de estudiosos inseridos em um universo cada vez mais amplo e variado. As reflexões dos séculos anteriores cedem espaço para “pesquisas”, “estudos” e “análises empíricas”. Em outras palavras, a crescente institucionalização dos estudos sobre tradução e interpretação vem acompanhada de novas práticas, metodologias e idéias. O concomitante surgimento de trabalhos acadêmicos, congressos, livros, periódicos, associações, sindicatos, etc. indica uma troca inédita de idéias entre praticantes e estudiosos de ambas as áreas. Entretanto, embora haja uma tendência de consolidação, existem os que reivindicam uma separação maior. No final do capítulo, caracterizo e contextualizo o debate atual entre as pessoas que querem aproveitar as reciprocidades entre tradução e interpretação e aqueles que buscam se desvincular dos vertentes com os quais não se alinham.

Antes de continuar, se faz necessária uma breve descrição da interpretação enquanto praticada hoje em dia. Diferentemente da tradução, é um trabalho essencialmente de equipe. Na modalidade de simultânea – indiscutivelmente a mais praticada nos dias de hoje – que emprega cabines à prova de som, microfones e fones de ouvido, os intérpretes só podem trabalhar sozinhos por uma hora no máximo. Em eventos de maior duração, trabalham em duplas, alternando com turnos de 20 a 30 minutos. Como são raros os clientes dispostos a desembolsar o custo extra dos equipamentos para um evento de menos de 60 minutos, os intérpretes quase nunca entram na cabine sozinhos.

Mesmo na interpretação consecutiva, modalidade em que as falas do orador e do intérprete se intercalam, o intérprete não tem a mesma independência do tradutor, estando sujeito a interferências diretas. Às vezes, integrantes da platéia contestam a tradução fornecida pelo intérprete, ou o orador tem dificuldade de se adaptar ao ritmo de turnos com o intérprete. Na *community* ou *dialogue interpreting*, por sua vez, o intérprete ocupa uma terra-de-ninguém entre o

representante do Estado, de um lado, e um estrangeiro, do outro, que, na maioria dos casos, está numa posição desfavorável (acusado de algum delito, pedindo asilo, solicitando ajuda financeira, cuidados médicos, etc.). A sensibilidade da situação do intérprete nesse contexto e as pressões que sofre criam conflitos éticos quase insolúveis.

Ao constatar essas peculiaridades, comecei a perceber que a questão central se encontrava justamente na impossibilidade de o intérprete de simplesmente “fazer seu trabalho”, pois “seu trabalho” envolve considerações muito mais complexas que meramente escolher as palavras certas. É inegável que o processo da produção de traduções escritas pode envolver múltiplas etapas e muitos agentes, mas cada uma tende a ocorrer isoladamente das outras. Se um editor ou revisor alterar o texto do tradutor, este não tem como recorrer (se é que fica sabendo). Por outro lado, se o organizador, orador ou participante de um evento decidir que quer alterar ou impor a tradução de um ou outro termo, isso será comunicado diretamente aos intérpretes, que serão obrigados a levá-lo em conta durante seu trabalho.

Isso é apenas um exemplo da multiplicidade de fatores que restringem a atuação de intérpretes. Mas quais são as outras? E por quê é que às vezes os intérpretes se encontram agindo contra seus melhores interesses, aceitando condições de trabalho inadequadas que sabidamente afetam seu desempenho? O que está por trás da falta de cooperação freqüentemente encontrada entre os intérpretes e as outras partes em eventos com interpretação? E até que ponto a profissão já se consolidou e começou a se articular com uma voz unida?

Busquei na literatura dos estudos da tradução um caminho teórico que pudesse dar conta dessas indagações. Abordagens baseadas no conceito de norma social pareciam oferecer uma luz: Theo Hermans (1999) dedica um capítulo inteiro de um livro a uma investigação de convenções, normas e regras, enquanto Gideon Toury (1995) vai mais longe ao conceber normas tradutórias como parte da abordagem dos *Descriptive Translation Studies*. Aí certamente havia um caminho.

Entretanto, eu não queria abstrair a profissão a ponto de criar ou adotar um modelo sociológico que não desse conta do fator humano. Meu interesse é compreender a *pessoa* do intérprete e como ela reage e responde aos fatores e pressões presentes na sua arena de atuação. Foi nessa busca que conheci o

trabalho pioneiro de Moira Inghilleri, que estuda a interação mediada por intérpretes que ocorre nas entrevistas envolvendo pessoas que pedem asilo no Reino Unido. Ela concebeu um modelo para analisar as entrevistas que combina as normas tradutórias de Toury com alguns dos conceitos centrais do filósofo francês Pierre Bourdieu. Com o uso desses conceitos – sobretudo os de *habitus* e campo – fica possível analisar o comportamento individual (expresso em termos de *habitus*) com relação à estrutura social (ou “campo”) em que atua. Assim, ficou estabelecida a fundamentação teórica, detalhada na primeira parte de Capítulo 3, que enriqueceria a análise dos dados.

Foi a coleta de dados o próximo passo. A maneira escolhida foi a condução de entrevistas com intérpretes que atuam no mercado carioca. Em conversas pouco estruturadas, procurei descobrir as restrições às quais são submetidos quando exercem sua atividade, tentando englobar todas as etapas, desde a contratação e preparação até o evento em si, na cabine. Também perguntei sobre práticas de estudo antes de eventos – quais as fontes das traduções utilizadas e como são encontradas. E procurei saber quais as crenças e opiniões que os intérpretes têm a respeito da sua profissão: quais seriam as características de uma boa atuação profissional e como se garante isso. Detalhes do método empregado se encontram na segunda parte do Capítulo 3.

Em seguida, compilei os dados quantificáveis em tabelas e os qualificáveis em temas. Com isso, ficou possível visualizar os pontos de concordância entre os entrevistados, suas questões principais e as áreas ainda pouco consolidadas (seção 3.3). Usando as ferramentas teóricas descritas acima, procurei, no Capítulo 4, penetrar para além das aparências para encontrar os motivos e fontes dos comportamentos e opiniões encontrados. A identificação das normas tradutórias no grupo de intérpretes entrevistados foi o primeiro passo, que foi seguido por uma tentativa de caracterizar os *habitus* – ou comportamentos individuais – dos intérpretes dessa cidade e os motivos por trás deles. Procurei analisar as restrições mais negativas experimentadas pelo grupo para identificar o que há por trás das interações entre os atores presentes em eventos com interpretação. As possíveis causas da ainda limitada capacidade dos praticantes dessa profissão de se impor perante os outros participantes dos eventos foram identificadas. Por outro lado, considerando-se o pouco tempo passado desde o estabelecimento oficial de interpretação de conferências no país – apenas trinta anos –, ficou claro que os

passos já tomados foram grandes e significativos e as tendências são positivas. Felizmente, há muito o que comemorar.

No final, faço algumas sugestões de possíveis áreas de estudo futuro, e retomo os temas centrais do trabalho: as sinergias entre tradução e interpretação; seus respectivos estágios atuais no mundo acadêmico e profissional; a consolidação da profissão de interpretação durante as últimas décadas no palco global e mais especificamente no Brasil; as implicações dos resultados da pesquisa em termos da atividade e dos estudos da interpretação; e as perspectivas para parcerias futuras em todos os sentidos. Que este trabalho seja uma pequena contribuição no sentido de fortalecer os laços que ligam todos os envolvidos nas duas áreas, e que ajude a fortalecer à voz dos intérpretes em todas suas interações.

2

Tradução e interpretação: vozes distintas ou convergentes?

“Tradução” e “interpretação” são palavras que se confundem na história, na prática e na academia. A breve investigação histórica a ser traçada neste capítulo demonstrará as atitudes e práticas que prevaleceram em diferentes épocas no mundo ocidental, iluminadas pelas opiniões dos praticantes, estudiosos e críticos contemporâneos, e apoiadas em análises de acadêmicos da atualidade. A descrição da evolução das práticas ao longo do século XX e os estudos a elas relacionados trará à tona os processos de profissionalização e academização de cada área e permitirá a identificação de possíveis sinergias e conflitos existentes internamente em cada área e também entre elas.

Seria interessante começar por definir cada palavra seguindo os conceitos geralmente aceitos hoje em dia no Ocidente, e o local mais propício para isso é a mais importante obra de referência existente sobre os estudos da tradução, a *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, publicada em 1998. Como este foi o primeiro empreendimento do gênero para uma disciplina ainda em formação, a organizadora, Mona Baker, optou por abrigar uma diversidade de manifestações práticas e intelectuais no seu escopo:

Os estudos da tradução alcançaram um estágio do seu desenvolvimento no qual a pluralidade de abordagens que os informam ou que poderiam informá-los chega a ser assustadora, e muitas pessoas foram tentadas a promover a abordagem com a qual se sentem especialmente confortáveis, desprezando as outras...Tentei manter a mente aberta sobre o que poderia constituir uma perspectiva viável dos estudos da tradução e o que poderia ser entendido, legitimamente, como área relevante de consideração ou método de pesquisa nos estudos da tradução.¹ (Baker 1998a:xiii)

Sendo assim, o livro adota uma definição bastante ampla para os estudos da tradução:

Entende-se que o termo ‘Estudos da Tradução’ agora se refere à disciplina acadêmica que envolve o estudo da tradução *lato sensu*, abrangendo tradução literária e não-literária e várias formas de interpretação oral, além de dublagem e legendagem². (Baker 1998b:277)

¹ “Translation studies is at a stage of its development when the plurality of approaches that inform it or are capable of informing it can be overwhelming, and the temptation of many has been to promote one approach with which they feel particularly comfortable and dismiss the rest...I have tried to keep an open mind on what constitutes a viable perspective on the study of translation and what might legitimately be seen as a relevant area of concern or method of research in translation studies”.

² “‘Translation studies’ is now understood to refer to the academic discipline concerned with the study of translation at large, including literary and non-literary translation, various forms of oral interpreting, as well as dubbing and subtitling”.

Na seção sobre a interpretação simultânea e de conferências, Daniel Gile define interpretação como sendo “a tradução oral de discurso oral” (Gile 1998:40), não evitando a palavra “tradução” na sua definição de interpretação, mas fazendo uma clara distinção entre oralidade e a palavra escrita. Já na seção sobre *Community Interpreting*, que ocorre principalmente na esfera de serviços públicos (polícia, entidades governamentais, instituições de saúde, etc.), Cecilia Wadensjö define esta área em contraposição às outras modalidades de interpretação, enfatizando o papel do intérprete como mediador lingüístico e social e a importância da neutralidade dessa pessoa em situações de negociação entre indivíduos e órgãos do Estado. Temos, então, uma definição ao mesmo tempo explícita e implícita de “interpretação” como um ramo ou forma de tradução, caracterizada pela oralidade. Adotarei aqui esta definição, e a contrastarei com “tradução”, que envolve a palavra escrita. Considerarei sempre a tradução interlingual e não a intralingual, e neste estudo não abordarei a interpretação de línguas de sinais. Os “estudos de” serão objeto de escrutínio à parte, pois se referem, principalmente, à estruturação acadêmica das disciplinas.

Existem várias semelhanças entre a tradução e a interpretação, que levam as duas atividades a serem contempladas como uma mesma unidade, principalmente pelo leigo. No Brasil, é comum ouvir a interpretação ser chamada de “tradução simultânea”, nomenclatura que pressupõe o mesmo processo básico. Também no Brasil, não há distinção entre tradutor e intérprete para a finalidade de serviços juramentados; presume-se que quem passa na prova escrita de tradutor juramentado pode, também, exercer a função de intérprete juramentado. Na prática, o que ocorre é que intérpretes autônomos são contratados para trabalhar nas poucas instâncias de interpretação no tribunal que ocorrem.

Na história das teorias e dos estudos acerca da tradução e interpretação, porém, os caminhos trilhados não são tão próximos. Aliás, a procura de uma convergência (“terreno comum”) tem sido objeto de discussões acadêmicas, bons exemplos das quais sendo o debate iniciado por Andrew Chesterman e Rosemary Arrojo na revista *Target* (2000) e o livro *Translation Research and Interpreting Research*. O livro foi resultado de um seminário sobre o assunto na Universidade de Aston, no Reino Unido, em fevereiro de 2002, e contém contribuições de acadêmicos das duas áreas. Já o artigo inicial em *Target* foi uma tentativa de “descobrir até que ponto seria possível conciliar ... [as] duas abordagens”

(Chesterman e Arrojo 2000:151) representadas pelos autores, a saber, uma visão essencialista ou empírica e outra, pós-moderna. O resultado – 30 “teses”, ou afirmações curtas, representando as opiniões e posturas defendidas pelos dois autores, e duas “codas”, ou textos individuais, nas quais cada autor colocou suas ressalvas relativas às questões levantadas – inspirou três séries de respostas por acadêmicos de diversos campos nos subseqüentes números da revista, inclusive de Miriam Shlesinger, com “Shared Ground in Interpreting Studies too” (Shlesinger 2001). Ficou claro nos dois debates que as linhas de falha que separam os defensores de cada abordagem não espelham a divisão prática entre tradução e interpretação. Existem, em cada terreno epistemológico, estudiosos interessados tanto na tradução como na interpretação, que incluem aqueles que advogam uma cisão total e outros, uma co-existência pacífica.

Por trás dessas discussões parece haver uma preocupação com o status acadêmico, a institucionalização e a criação de uma identidade mais bem definida para cada uma das duas áreas. Tradicionalmente, a tradução se inseriu nos departamentos de literatura comparada, letras e lingüística, onde seus aspectos filosóficos, lingüísticos, sócio-culturais e históricos tenderam a ser o foco principal. A pesquisa sobre interpretação, por sua vez, carece de uma tradição estabelecida, e o foco vem se estabelecendo de acordo com a modalidade sob análise. Estudos sobre a interpretação simultânea, por exemplo, tendem a privilegiar o processo, com a conseqüente importância das áreas de psicologia cognitiva, psicolingüística, neurofisiologia e neurolingüística. Por sua vez, as pesquisas envolvendo a interpretação na comunidade e no tribunal buscam compreender as questões éticas, sociológicas e psicológicas (Gile 2004a:29).

Como conseqüência, os estudos sobre qualquer uma das duas práticas necessariamente implicam incursões em campos de conhecimento diversos – desde as ciências sociais e humanas até as ciências exatas e naturais – dependendo dos pressupostos epistemológicos e metodologias adotados. A crescente conscientização quanto à complexidade dos processos envolvidos, à multiplicidade de manifestações de cada atividade e aos atores diversos que influenciam os produtos (textos) vem impedindo que qualquer ato de tradução ou interpretação seja enxergado como uma operação lingüística apenas, por mais complexa que seja. O resultado é que se procura cada vez mais apoio em uma multiplicidade de disciplinas para dar sentido aos dados apreendidos. Em termos

práticos, essa transdisciplinariedade não se adapta facilmente às estruturas de instituições acadêmicas, até porque é raro que estudiosos de outras disciplinas entendam o valor ou necessidade de investigações acadêmicas sobre tradução ou interpretação³.

Enquanto pressupõe-se que a atividade de interpretação existe desde que houve comunicação entre povos de línguas diferentes, a tradução escrita tem uma história mais curta. Entretanto, as reflexões acerca da tradução remetem a tempos muito mais remotos que as desenvolvidas sobre a interpretação. Possivelmente isso se deve, em parte, à crença existente no Ocidente há milênios acerca da “proximidade ... entre a voz e o ser, a voz e o sentido do ser” (Arrojo 1992:413) em uma relação direta, não mediada; já a palavra escrita teria perdido essa relação essencial, sendo apenas um “derivado”. Não obstante a origem dos diferentes tratamentos históricos da tradução escrita *versus* falada, é a evidência destes que formará a base da pequena investigação histórica a seguir.

2.1 Breve retrospectiva da tradução e da interpretação – dos primórdios aos dias de hoje

Seria presunçoso supor que em poucas páginas seja possível ou desejável desenhar um mapa da história das práticas e das teorias e idéias acerca da tradução e da interpretação. Pretendo, então, destacar alguns momentos desse trajeto, com o objetivo de ilustrar certos pensamentos que ganharam força em determinadas épocas em regiões específicas, e as práticas que então prevaleciam. Com isso, pretendo demonstrar a rica variedade dos pensamentos e as preocupações recorrentes, que ainda servem para iluminar as práticas hoje.

2.1.1 Tradução e interpretação na Antigüidade

É lógico pressupor que a interpretação existe há mais tempo que a tradução escrita, e há evidências da atividade que datam de tempos antigos (Pöchhacker 2004a:27): o intérprete retratado no relevo do túmulo de General Harembab de Mênfis, de 1546 a.C.; as dezenas de intérpretes que recebiam salários do império romano; as leis sancionadas pelo trono espanhol durante o século XVI para regulamentar as atividades de interpretação nas suas colônias, para citar apenas alguns exemplos. A atividade sempre se fez necessária na resolução de questões militares e comerciais entre povos de línguas diferentes, e normalmente não era

³ Para mais sobre aspectos institucionais, ver Gile 2004a:24-30 e 2001:15-19.

considerada merecedora de grande remuneração ou prestígio. Caracterizada assim, a interpretação não recebia menção em tratados filosóficos ou didáticos, e as poucas referências existentes são anedóticas e/ou de natureza histórica.

No Egito, vários tipos de negociações comerciais envolviam a participação de intérpretes. Na região de mineração de cobre na península do Sinai, aparecem em listas de trabalhadores ao lado de mineiros e marinheiros (Hermann 1956/2001:16). Embora a prática tenha tido uma imagem pouco ilustre, e os primeiros intérpretes tenham sido contratados dentre povos bilíngües, aparentemente sem treinamento, posteriormente os egípcios passaram a recrutar e treinar jovens para exercer essa função (ibid:17).

Os romanos, por sua vez, embora não dependessem tanto de intérpretes nas negociações com os gregos, cuja língua eles dominavam, precisavam deles para as negociações com outros povos do império: egípcios, sírios, germânicos, celtas, etc. Mesmo em 400 d.C., o Ministério do Interior (*Magister Officiorum*) ainda registrava a existência de intérpretes de línguas bárbaras, que às vezes acumulavam funções diplomáticas (ibid:19). Cícero menciona um “amigo e intérprete” seu em uma carta em que, também, oferece ajuda ao filho dessa pessoa (ibid:19), demonstrando que pelo menos alguns intérpretes alcançavam posições sociais mais elevadas.

Foi durante a era romana que os primeiros ensaios sobre a tradução foram produzidos no mundo ocidental (Bassnett 2002:48-51; Furlan 2001). Os comentários de Cícero e Horácio se produziram num contexto em que se traduziam obras gregas para o latim em grande número. Como o estrato letrado da população conhecia o grego, essas traduções não tinham como objetivo permitir que obras escritas nessa língua fossem compreendidas pela população. Tinham, sim, duas finalidades: a primeira, pedagógica e a segunda, cultural. No que diz respeito à função pedagógica, uma atividade que fazia parte do *trivium* – dialética, retórica e gramática – era a tradução de textos do grego para o latim, como exercício gramatical. Na sala de aula, a tradução se tornava uma prática instrumental; prática, aliás, que perdurou durante longos séculos, ainda sendo utilizada no século passado (embora, mais recentemente, apenas para fins de ensino de línguas estrangeiras). Já em relação à função cultural, textos gregos eram traduzidos para que servissem de modelos literários, novos gêneros que enriqueceriam a língua latina e a produção cultural do Império.

Tão diferentes eram as finalidades das duas formas de tradução – e, presume-se, as estratégias empregadas e os resultados finais obtidos – que eram denominadas por palavras diferentes. *Conuertere*, *transuertere*, *imitari* e *interpretari* se referiam à tradução “literária” ou livre, enquanto *exprimere* e *reddere* eram as palavras que indicavam uma tradução formal (educacional, gramatical) (Furlan 2001:13). É importante ressaltar que, nesse período, “interpretari” jamais se referia à “interpretação” como é entendida hoje em dia. Cícero escreveu que:

Não traduzi como intérprete, mas como orador, com os mesmos pensamentos e suas formas bem como com suas figuras, com palavras adequadas ao nosso costume. Para tanto não tive necessidade de traduzir palavra por palavra, mas mantive o gênero das palavras e sua força (Cícero 1996: 38; 40; V, 14; VII, 23, apud Furlan 2001:17).

Nesse trecho, Cícero está afirmando a superioridade de sua prática tradutória em comparação com a prática de outras pessoas que faziam traduções livres/literárias, pois nem como um *intérprete* (tradutor) traduzia, e sim, como um *orador*; ou seja, alguém que domina e produz sua própria fala, em vez de imitar ou reproduzir a fala alheia. Suas palavras demonstram uma preocupação estilística (o domínio da retórica era muito valorizado), enquanto o conteúdo grego era adaptado para a realidade contemporânea (“ao nosso costume”).

Vemos nesse pequeno trecho sementes de idéias que se repetem em várias épocas, sob várias formas e por vários motivos. São elas a questão da importância relativa do conteúdo e da forma, dependendo do objetivo da tradução; a noção de “unidade de tradução” (que, para Cícero, seria maior que uma palavra); e a própria questão de *como* se traduz, de quais os limites aceitáveis da tradução.

2.1.2 Traduções bíblicas durante a Reforma e as conquistas do Novo Mundo

Nos séculos posteriores ao Império Romano o objetivo principal dos textos sobre tradução escritos por estudiosos e tradutores era discutir os méritos relativos de diferentes tratamentos de obras de teor sensível, predominantemente do Novo Testamento (Furlan 2003). E é justamente nos séculos XIV a XVI, período que abrange os primórdios e o apogeu da Reforma, bem como as grandes navegações, que se encontra a maioria das discussões mais ricas e reveladoras, num contexto histórico em que os países da Europa procuravam estender sua hegemonia, dominando povos de terras distantes através da força bruta e da palavra sagrada.

Quando John Wycliffe resolveu traduzir a Bíblia do latim para o inglês, seguindo sua convicção de que ela deveria reger todos os atos do cotidiano, e portanto deveria ser acessível a todos em uma língua de seu conhecimento, foi acusado de heresia pelas autoridades religiosas. Mas seu trabalho perdurou através de um de seus discípulos, John Purvey, que produziu uma edição revisada da obra no início do século XV, com uma seção que explicava as etapas da tradução. A última etapa foi: “traduzir a ‘sentença’ (i.e. sentido) com o máximo de clareza possível, sendo a tradução corrigida por um grupo de colaboradores” (Bassnett 2002:52). Bassnett explica que o objetivo era criar uma versão inteligível e idiomática, que pudesse ser entendida pelo leigo. Essa tradução foi elaborada, então, com base em um objetivo bem definido, transformado em uma estratégia consciente e coerente.

Na Inglaterra, foi Henrique VIII que determinou a cisão da igreja católica, com o estabelecimento da Igreja Anglicana (Church of England), que se subordinou ao trono inglês. Muito embora esse ato tivesse tido motivos dos mais interesseiros, o debate contemporâneo sobre a Bíblia e sua tradução foi sério e acirrado. O humanista Sir Thomas More (1477-1535), católico convicto e intelectual renomado, fez uma crítica detalhada da tradução da Bíblia de William Tyndale, publicada em 1525. Seus argumentos demonstram uma notável perspicácia sobre a força persuasiva da palavra escrita:

Modificou a palavra igreja para a palavra congregação, pois pretende levantar a questão de que igreja seria essa e apresentar a heresia de Lutero de que a igreja na qual todos nós deveríamos crer e à qual deveríamos obedecer não é a entidade conhecida em todos os reinos cristãos que continuam fieis a Jesus Cristo (Bassnett 1996:15)⁴.

Esse trecho (que segue adiante com críticas de outras escolhas lexicais) demonstra o potencial da tradução de transgredir normas; em nome da fidelidade ou de uma interpretação diferente da canônica, ela pode introduzir sutis alterações ao texto, modificando o efeito percebido pelo leitor. Críticas por parte de outros defensores da Igreja Católica de fato levaram Tyndale a ser executado por causa das traduções que produziu (o primeiro mártir tradutório?). Mas o corolário irônico da história é que More também foi executado logo antes por se recusar a renunciar à fé católica, e foi a Bíblia de Tyndale que formou a base daquela elaborada por

⁴ “He changed the word church into this word congregation, because he would bring it in question which were the church and set forth Luther’s heresy that the church which we should all believe and obey, is not the common known body of all Christian realms remaining in the faith of Christ”.

Miles Coverdale (Coverdale Bible), e que foi ligeiramente adaptada para a publicação da Great Bible, que Henrique VIII mandou colocar em todas as igrejas do reino.

Nas conquistas do Novo Mundo, a barreira lingüística se rompia com a ajuda de intérpretes, cujas habilidades eram instrumentais no sucesso ou fracasso dessas incursões territoriais com seus múltiplos objetivos. Um caso interessante ocorreu com a vinda dos franceses huguenotes ao litoral brasileiro. Eles usaram como intérpretes um grupo de “normandos” que havia chegado até mesmo antes de Colombo conhecer o continente. Porém, quando foram encontrados pelos franceses, já estavam tão entrosados com os índios que passaram a adotar vários de seus costumes, até a antropofagia (Léry 1990, apud Delisle e Woodsworth 1995/8:269). A despeito do constrangimento que os franceses deveriam ter sentido, continuaram a fazer uso da intermediação dos intérpretes, já que estes haviam se mostrado eficientes no desempenho de seu papel graças ao conhecimento profundo das duas culturas envolvidas e à confiança que gozavam dos dois lados. Esse aspecto de conhecimento cultural volta a ser tema central dos estudos da interpretação na atualidade, principalmente os que enfocam a *community interpreting*.

Durante o período em questão, esse grau de confiança mútua foi muito raro, em parte pela maneira pela qual a demanda de pessoas adequadas para exercer a função era atendida. Uma forma de “contratar” novas recrutas era simplesmente seqüestrar jovens das comunidades locais para levá-los a aprender, à força, a língua dos colonizadores e trabalhar como intérpretes. Naturalmente, sua confiabilidade era muitas vezes questionada pelas partes interessadas de ambos os lados. E quando se tratava de semear a palavra sagrada cristã, as barreiras eram ainda maiores. Hernán Cortés, em sua campanha para conquistar o atual México, fez uso de dois intérpretes em particular: Jerónimo de Aguilar e Doña Marina, ou Malintzin, como também era chamada. Em certa ocasião, foi relatado um caso de sucesso, “porque doña Marina e Aguilar, nossos intérpretes, já tinham adquirido boa experiência” (Días del Castillo 1983, apud Delisle e Woodsworth 1995/8:268). Neste caso, o próprio Cortés relatou ao rei Carlos V que o chefe indígena “compreendeu sem dificuldade” o sermão interpretado, e “declarou que queria destruir imediatamente seus ídolos” (MacNutt 1977, apud *ibid*). Só se pode imaginar a verdadeira falta de compreensão que devia ter existido entre os povos

de culturas tão díspares, e como era interpretada a Bíblia para que esta pudesse ser minimamente compreensível para os nativos americanos.

O fato é que o cristianismo foi espalhado pelo mundo com a ajuda de intérpretes que muitas vezes careciam de conhecimentos básicos sobre a cultura dos países cristãos e a religião que visavam difundir. As traduções oficiais da Bíblia, por sua vez, eram sempre tardias, chegando muito depois da religião ter se instalado, e por vezes provocando discussões e controvérsias, como já vimos. Entretanto, mesmo com todo o cuidado envolvido na tradução do texto bíblico, os conceitos sempre chegaram muito antes, transmitidos por meio oral. Pelo intérprete.

2.1.3 Schleiermacher: tradução e interpretação no âmbito do Romantismo Alemão

É para a Alemanha do século XIX que viajamos agora para conhecer um pensador que teve grande influência desde sua época até tempos atuais. Friedrich Schleiermacher (1768-1834), filósofo, teólogo e tradutor alemão, desenvolveu suas idéias acerca da tradução com base na teoria de interpretação (hermenêutica), cujos fundamentos se encontram nas doutrinas de Herder sobre a linguagem. É importante entender um pouco do contexto histórico de seus pensamentos. Ele vivia num mundo dominado pela França e a língua francesa, e via na tradução um modo de enriquecer a língua alemã, pois ela “só pode prosperar bem renovada e desenvolver completamente a sua força própria através do contato multilateral com o estrangeiro” (Schleiermacher 1813/2001:83). Assim, o objetivo não era proteger a língua de contaminação por outros idiomas e, sim, desenvolvê-la por meio da tradução maciça de obras estrangeiras de ciência e arte (i.e. obras literárias), pois são elas “as energias através das quais essa descoberta [da língua] é incentivada e aperfeiçoada” (ibid: 51). Sua postura foi, seguramente, uma reação contra as práticas tradutórias anteriores, especialmente as belles infidèles (“Quem afirmaria que alguma vez foi traduzido algo das línguas antigas ou das germânicas para a francesa!” (ibid: 83)). Faz parte, então, de um contexto de afirmação nacionalista, com um apelo às classes dominantes para valorizar a língua alemã e assim elevar o status de seu povo.

Em sua palestra *Sobre os Diferentes Métodos de Tradução*, apresentada em 1813 (tradução portuguesa, 2001), Schleiermacher começa por definir a prática tradutória em contraponto à interpretação: “o intérprete exerce sua profissão no

campo dos negócios; o verdadeiro tradutor, primordialmente no campo da ciência e da arte” (ibid p.29). Uma exceção entre os teóricos por fazer menção da interpretação, ele não divide as atividades em meio oral (interpretação) e meio escrito (tradução) e, sim, as separa segundo a natureza do discurso. Assim, “o tradutor de artigos de jornal e de simples relatos de viagem se associa primeiramente ao intérprete”. Em outras palavras, qualquer tradução técnica cairia dentro da categoria de “interpretação”. Como, segundo o autor, a interpretação se restringe a negócios, e

de certa forma, todas as negociações têm um caráter aritmético ou geométrico...logo prevalece um uso fixo de cada palavra por regra ou costume...Por isso, a transposição nesse campo é um processo quase só mecânico, que com um parco conhecimento de ambas as línguas cada um pode realizar, e se nela for evitado o erro evidente, há pouca diferença entre o melhor e o pior. (ibid:33)

Com duas páginas de argumentos, Schleiermacher elimina sumariamente a interpretação das teorizações. Esse tipo de desprezo pela interpretação, nada incomum entre os grandes pensadores do passado, que enfatizavam textos sagrados ou literários, retardou o processo de amadurecimento da interpretação, tanto no sentido atual da palavra (uma modalidade de tradução oral), como no sentido dado por Schleiermacher, de tradução que hoje seria dita como “técnica”. Veremos mais sobre isso depois.

Tendo delimitado o tipo de texto a ser abordado, Schleiermacher passa para a estratégia de tradução a ser empregada, elaborando duas estratégias possíveis para a tradução: “ou o tradutor deixa o autor em paz e leva o leitor até ele; ou deixa o leitor em paz e leva o autor até ele” (ibid: 43). A partir deste momento, adotaremos a nomenclatura criada por Lawrence Venuti (1995) para designar os dois métodos de Schleiermacher, chamando a primeira estratégia de estrangeirizadora e a segunda, de domesticadora. Esta última é:

[uma tradução] que não exige nenhum empenho e esforço de seu leitor, que por magia lhe transfere o autor estrangeiro para seu presente imediato e que quer mostrar a obra assim como ela seria, se o autor mesmo a tivesse escrito originalmente na língua do leitor. (Schleiermacher 1813/2001: 63)

Infelizmente, como o próprio autor argumenta, seria errôneo imaginar que tal feito seja possível,

pois quem reconhece a força formadora da língua, como ela é uma coisa só com as particularidades do povo, também tem de confessar que para os mais cultos, todo o seu saber, e também a possibilidade de apresentá-lo, são formados com e através da língua (ibid: 67).

Evidentemente, estamos diante de um pensamento radicalmente relativista. E com esse relativismo, a lógica de Schleiermacher nega a possibilidade de uma recriação exata de uma obra estrangeira em outro idioma, como se o autor o tivesse escrito originalmente na segunda língua.

Descartada essa opção, resta ao tradutor um trabalho estrangeirizador, que consiste em lembrar ao leitor da tradução, ao longo do texto, que aquilo que ele lê é uma tradução, em vez de lhe dar a ilusão de estar lendo algo que foi produzido diretamente pelo autor estrangeiro. O tradutor deve tentar:

transmitir aos leitores a mesma imagem, a mesma impressão que ele próprio teve através do conhecimento da língua de origem da obra, de como ela é, e tenta, pois, levá-los à posição dela, na verdade estranha para eles. (ibid: 45)

O tradutor deve ler a obra que traduz com um olhar estrangeiro, e transmitir, no seu texto, essa impressão. Portanto, ele não pode ser um verdadeiro bilíngüe, senão ele não conseguirá ler o texto como o leria um estrangeiro, e não terá como transmitir, em seu texto, seu sabor estrangeiro.

O método estrangeirizador consiste, então, em aproveitar a flexibilidade morfológica, sintática e gramática que a língua já oferece e moldá-la, esticando-a, para que acomode modos de expressão que, inicialmente, lhe sejam estranhos. Com essa manipulação, a língua é desafiada, e passa a ter uma amplitude de expressão maior, ficando mais desenvolvida graças a esse contato com o estrangeiro.

2.2 Tradução e interpretação a partir do século XX

2.2.1 Surgem novas modalidades de prática

O século XX foi um período de mudança inédita, tanto na prática da tradução e da interpretação como nos estudos, pesquisas e idéias que as acompanham. Embora os grandes pensadores da tradução de tempos passados (alguns dos quais citados anteriormente) não deixem de exercer certa influência sobre uma parcela das pessoas engajadas nessas atividades, não ocupam mais o terreno central, perdendo espaço para conceitos, práticas e estudos que só poderiam ter emergido no contexto do século das Grandes Guerras. Em termos práticos, a globalização e a revolução dos meios de comunicação e da informação aceleraram todo o processo tradutório. Quem é tradutor recebe e entrega textos via internet de e para pessoas que supõem que se trate de um processo quase mecânico. A quantidade de textos não-literários traduzidos supera

inimaginavelmente a quantidade de traduções literárias, e cada vez mais os textos traduzidos têm uma vida útil extremamente curta, como é o caso de muitos que são publicados na internet. Surgem, também, novas formas de tradução, como a legendagem, dublagem e a localização de softwares.

Todas essas novidades aproximam a tradução da interpretação, no sentido em que as duas atividades passam a ter certas características em comum, em determinadas modalidades, sendo o imediatismo e a mescla de linguagem oral e escrita as mais notáveis. Os prazos de entrega de traduções “urgentes” (que tendem a ser a regra e não a exceção) forçam os tradutores a produzir seus textos com uma velocidade que se aproxima da simultaneidade requerida do intérprete. Já o registro formal da linguagem escrita fica cada vez menos prestigiado no universo contemporâneo do trabalho, na medida em que a “mensagem” vai ganhando supremacia absoluta. Estamos vivenciando uma explosão de comunicação em que as diferenças entre a linguagem (e, conseqüentemente, a tradução) escrita e falada vão se tornando difusas.

A tecnologia foi responsável por uma revolução na interpretação, também. O início da era da interpretação simultânea – que emprega microfones, fones de ouvido e cabines – veio com os julgamentos de Nuremberg e de Tóquio, depois da 2ª Guerra Mundial. Os equipamentos usados em Nuremberg haviam sido desenvolvidos pela IBM na década de 20 e usados pela primeira vez em 1927, na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. Na União Soviética, equipamentos parecidos haviam sido desenvolvidos durante a mesma década e foram usados pela primeira vez no 6º Congresso da Internacional Comunista (*Comintern*) em 1928.

Com a nova aparelhagem, foi possível para o intérprete formular sua tradução simultaneamente – ao mesmo tempo em que o orador falava. Os intérpretes, todos acostumados com a modalidade consecutiva, estavam, na maioria, usando a tecnologia pela primeira vez, uns com mais sucesso que outros. O treinamento e as condições de trabalho eram precários, e a modalidade em si, embora muito aplaudida pelo público e a imprensa, recebeu críticas. O procurador americano, Robert Jackson, culpou a interpretação pelo fracasso do interrogatório a que submeteu Hermann Goering. Este, que sabia bem inglês, empregou uma estratégia bem sucedida para atrapalhar o advogado, ora reclamando que a tradução da pergunta não era audível ou que não era adequada, assim fazendo com

que a pergunta fosse inteiramente reformulada, ora reclamando que a tradução não era adequada, mas mesmo assim respondendo. O procurador, provavelmente com razão, alegou que Goering adotou a estratégia para ganhar mais tempo para preparar suas respostas (Gaiba 1999:16-18).

Durante o último meio século, a interpretação simultânea substituiu a consecutiva na maioria das situações formais de grande porte. A preponderância da simultânea, que exige uma formação específica, aliada à crescente profissionalização da área, com o estabelecimento da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC) em 1953, seguido pelo surgimento de várias associações nacionais, fizeram com que o emprego de mão de obra não qualificada ficasse mais restrito a situações menos formais, como acompanhamento. Mesmo assim, Miriam Shlesinger ainda opina que:

parece razoável supor que a *maioria* [das interpretações]... é realizada *ad hoc*, por pessoas sem treinamento específico, que não alegam ser *intérpretes*. Embora isso seja a exceção no contexto de conferências, ainda é o caso na grande maioria dos contextos interacionais.⁵ (2001:165; grifos no original)

Parece razoável supor, também, que as traduções, na maioria das vezes, são realizadas *ad hoc*, por pessoas sem formação específica.

Os primeiros cursos de formação de intérpretes em nível universitário nasceram na Europa, nas cidades de Heidelberg, Paris, Trieste e Viena. Desde então, cursos de graduação, pós-graduação e especialização surgiram no mundo todo, atendendo às necessidades do mercado. A maioria, seguindo a própria orientação da AIIC, não inclui módulos sobre teoria, embora a AIIC recomende que os cursos se estruturam de acordo com os “princípios e métodos advindos da pesquisa dos estudos da interpretação”⁶. Tal postura demonstra a ambivalência típica da relação entre praticantes e teóricos da interpretação, embora haja sinais de mudança nesse sentido⁷.

⁵ “it seems reasonable to assume that *most* [interpreting]... is performed *ad hoc*, by people with no task-specific training, who do not claim to be *interpreters*. While this is the exception in conference settings, it is still the rule in an overwhelming majority of interactional ones”.

⁶ Item 6 dos 12 critérios para cursos de formação de intérpretes, publicados no site da AIIC, no url http://www.aiic.net/ViewPage.cfm?page_id=60, afirma que: “professores de interpretação deveriam ter recebido alguma formação pedagógica especificamente para a interpretação. Hoje, a formação de intérpretes é mais sistemática e estruturada: se baseia em princípios e métodos oriundos de pesquisas dos estudos da interpretação com o objetivo de preparar a próxima geração de intérpretes para sua profissão de escolha”. Acessado em 13 de novembro de 2005. Tradução do inglês pela autora.

⁷ Durante o debate na Universidade de Aston mencionado acima (página 13), foram citados alguns casos de sucesso de colaborações entre intérpretes e pesquisadores (ver Schäffner 2004a:41-44).

No Brasil, a Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC) foi fundada em 1971. Tal como a AIIC, publica um código de ética e regulamentos para os membros, que abrangem questões tão diversas quanto honorários, contratos, condições de trabalho, deveres do intérprete coordenador, etc. Um dos critérios para ser aceito na APIC é o número total de dias de interpretação acumulados (mínimo de 200 dias), dos quais uma parcela grande (mínimo de 80 dias) precisam ser em parceria com membros da Associação. Os cursos de formação de intérpretes no Brasil, consoantes com as exigências do mercado, oferecem treinamento prático sem módulos teóricos. Na maioria, são ministrados por intérpretes praticantes (como orienta a AIIC), mas nem todos seguem a seqüência mais indicada, segundo pesquisas na área; a saber, primeiro, interpretação consecutiva, e em seguida, simultânea.

2.2.2 Amplia-se o escopo dos estudos sobre a tradução

O nascimento da lingüística como disciplina independente com status acadêmico próprio trouxe uma ampliação da quantidade de frentes disponíveis para a investigação da tradução. As primeiras tentativas de fazer tradução automática (por computador) nos anos 50 se basearam em modelos estruturais de línguas individuais. Não demorou muito para se entender que tais modelos careciam de uma sofisticação que pudesse dar conta da multiplicidade de manifestações lingüísticas.

Com o surgimento de cada nova sub-disciplina da lingüística, os estudiosos da tradução ampliavam seu campo de atuação, lançando mão das novas teorias e perspectivas e as desenvolvendo dentro da sua área. Assim, a sociolingüística, lingüística computacional, aspectos cognitivos da aquisição de línguas, semântica, pragmática, psicolingüística, lingüística etnográfica, lingüística aplicada, neurolingüística, e muitas outras passaram a complementar os campos de conhecimento consagrados que informam reflexões sobre a tradução, como a filosofia, filologia, história, antropologia, pedagogia, etc. Além disso, a velha dicotomia de fidelidade *versus* liberdade e a mal-resolvida questão da equivalência ganharam novos tratamentos com abordagens pós-modernas. As revelações dos estudos culturais, de gênero e pós-coloniais trouxeram pontos de vista inovadores e ferramentas que, aplicadas para a tradução, subverteram a ordem, colocando em xeque os pressupostos pelos quais a tradução é vista como

atividade secundária e o tradutor é subjugado ao domínio do “original” e do autor. Ampliaram-se, assim, o campo da tradução, a compreensão da sua função na sociedade e a complexidade das questões envolvidas.

Entretanto, com esse novo – e bastante variado – leque de possibilidades, a área começou a se questionar novamente. Perguntas fundamentais, como o que é tradução, o que constitui uma teoria, quais abordagens são apropriadas para quais tipos de tradução, o que significa rigor científico, e se isso é desejável e/ou possível nos estudos da tradução, vêm sacudindo os edifícios acadêmicos ainda em fase de solidificação, colocando em questão a compatibilidade de diferentes linhas e metodologias de pesquisa e a viabilidade de um espaço institucional único que se designaria Estudos da Tradução. E é durante esse período que entram em cena os estudos da interpretação, para debater essas e outras questões com os estudiosos da tradução numa troca rica e fértil. Mas antes de entrar em detalhes, precisamos primeiro conhecer melhor a interpretação e os estudos existentes a seu respeito.

2.2.3 Nasce a pesquisa sobre a interpretação

Como já vimos, a interpretação careceu de um tratamento sério por muitos séculos. Em parte, isso foi devido às suas especificidades: a intangibilidade da palavra falada, além da co-dependência entre fala, contexto, local, outras partes envolvidas, etc.; ou seja, o evento mediado por interpretação e suas características. Adicionalmente, a contratação de pessoas sem preparo formal (devido à inexistência de cursos de formação de intérpretes) contribuiu para reforçar seu baixo status. Por outro lado, havia pensadores influentes, como Schleiermacher, que dispensaram a interpretação, a julgando muito simples, “um processo quase só mecânico” (ver seção 2.1.4), e conseqüentemente deixando a desejar como objeto de estudo. Tal comentário foi – e ainda é – uma barreira bastante real para muitos estudiosos. Nas palavras de Franz Pöchhacker, um dos mais conceituados acadêmicos dos estudos da interpretação contemporâneos:

Eu diria que, pelo menos com relação aos estudiosos falantes de alemão, a dicotomia entre ‘tradução genuína’ e ‘mera interpretação’ estabelecida no início do século XIX por Friedrich Schleiermacher teve um impacto considerável – e adverso – nos estudos acadêmicos da interpretação. Como constatou Heidemarie Salevsky em um relato pessoal, os acadêmicos da chamada Escola de Leipzig da então República Democrática Alemã de modo geral sentiam que a interpretação não era

um assunto tão merecedor de estudo científico quanto a tradução (escrita).⁸ (Pöchhacker 2004b:107)

Mas mesmo deixando de lado esses julgamentos de valor, encontramos na interpretação uma série de aspectos práticos que impediram e ainda impedem a formulação de estudos mais direcionados aos seus fenômenos tão particulares. A interpretação em si não deixa rastros. Para se obter um texto para a finalidade de estudo posterior, é necessário gravar a fala tanto do orador como do intérprete. Até relativamente pouco tempo, isso era tecnologicamente impossível, e ainda hoje representa um impedimento. Mesmo quando existe a possibilidade de gravar, muitos pesquisadores encontram resistência por parte dos praticantes da profissão, que freqüentemente desconhecem os métodos e objetivos de tais estudos. Daniel Gile, outro prolífico estudioso da interpretação, aponta uma “tensão” entre praticantes e pesquisadores, tanto nos estudos da tradução como nos estudos da interpretação (Gile 2004a:28-29). A grande diferença é que os estudos da interpretação dependem mais da boa vontade dos praticantes para levar adiante suas pesquisas, enquanto nos estudos da tradução o produto normalmente fica ao alcance do pesquisador, sem que este precise, necessariamente, pedir permissão para usá-lo.

Outra característica – a relação entre as falas do orador e do intérprete e os outros fatores presentes no evento – dificulta uma interpretação confiável dos dados. Fatores físicos (as condições de trabalho, como a temperatura, ruídos, o espaço físico na cabine, etc.), a natureza da fala do orador (sua linguagem corporal, tom de voz, velocidade, sotaque, o assunto, etc.), além de uma série de elementos envolvendo os outros atores que compõem o evento mediado por interpretação, repercutem na produção do intérprete. Mesmo que seja feita uma gravação das respectivas falas, esta precisa ser transcrita, e se a meta for transcrever todos esses aspectos, passa a ser um processo extremamente trabalhoso, lento e subjetivo⁹. Tal como em qualquer ciência, o termo “quantitativo” descreve mais um objetivo do que uma realidade, pois qualquer

⁸ “I would submit that, at least for German-speaking scholars, the dichotomy between ‘genuine translation’ and ‘mere interpreting’ set up in the early 19th century by Friedrich Schleiermacher has had a considerable – adverse – impact on the academic study of interpreting. As reported by Heidemarie Salevsky in a personal communication, academics at the so-called Leipzig School in what was then the German Democratic Republic generally felt that interpreting was not as worthy a subject of scientific study as (written) translation”.

⁹ Dois estudos de caso que envolvem uma discussão de como elaborar uma transcrição são de Helle V. Dam e de Cecilia Wadensjö, ambas em Gile 2001.

dado precisa ser interpretado, e no caso da atividade de interpretação, os fatores não controláveis são muitos.

As primeiras manifestações acadêmicas a respeito da interpretação foram esporádicas e fragmentárias. O primeiro trabalho acadêmico conhecido no Ocidente foi publicado em 1931 pelo psicólogo espanhol Jesús Sanz, mas foi desconhecido pela geração seguinte de pesquisadores. Na década de 1950 e, sobretudo, nas de 1960 e 1970, as pessoas que se dedicavam à pesquisa sobre interpretação podem ser divididas em dois grupos: intérpretes profissionais ligados a instituições acadêmicas, que faziam da sua profissão seu objeto de estudo; e psicólogos e psicolingüistas que se interessavam pela interpretação simultânea por causa da “‘artificialidade’ da tarefa, se comparada com o desempenho lingüístico normal” (d’Arcais 1978, apud Pöchhacker 2004a: 69).

Entretanto, a instituição propriamente dita dos estudos da interpretação tem suas raízes nas pesquisas desenvolvidas nas diferentes escolas fundadas para formar intérpretes destinados a trabalhar nas entidades supranacionais e multilíngües que foram criadas depois da II Guerra Mundial. Dada a escassa literatura sobre o assunto, tomarei duas escolas como exemplos dessa pesquisa. Infelizmente, não será possível investigar a interpretação na China ou Japão, que têm suas tradições próprias, mas cuja literatura encontra-se com poucas traduções para línguas européias¹⁰.

Na Europa, a escola mais influente durante os anos formativos da disciplina foi a Escola de Paris. Quando Danica Seleskovitch criou o doutorado na École Supérieure d’Interprètes et de Traducteurs (ESIT) da Universidade de Paris III/Sorbonne Nouvelle, institucionalizou sua *théorie du sens*, ou “teoria interpretativa” da tradução, como o arcabouço teórico das pesquisas ali produzidas. Sua versão mais simples é representada graficamente em Figura 1. O aspecto fundamental desse modelo é que o intérprete “compreende” a mensagem em termos não verbais; ou seja, a interpretação *não* se trata de traduzir palavras, *nem* de transferência verbal, *nem* de diferenças entre dois idiomas (ver Pöchhacker 2004:68). O modelo continua a exercer uma forte influência ainda hoje, em parte pelo fato de refletir o senso comum do intérprete: muitos dos

¹⁰ Resumos de trabalhos sobre interpretação de conferências do mundo todo são publicados no site do IRN, no url: <http://perso.wanadoo.fr/daniel.gile>.

“momentos de glória” na cabine ocorrem quando ele consegue se desvincular completamente da *forma* da fala do orador e cria sua própria fala livremente.

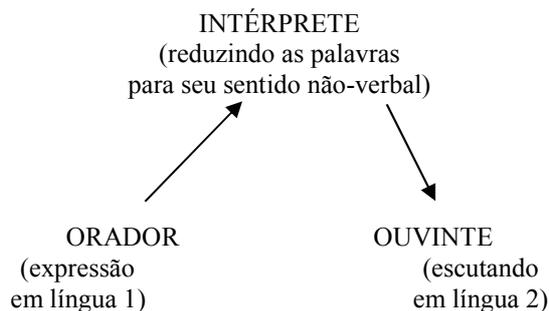


Figura 1. Modelo triangular de Seleskovitch (Seleskovitch e Lederer, 1984, apud Pöchhacker 2004:97)

A *théorie du sens*, com sua rejeição de um tratamento puramente lingüístico da atividade – e um implícito distanciamento dos estudos da tradução escrita – embasaram os estudos posteriores da Escola de Paris. Nos anos 1970, as ciências cognitivas estavam desabrochando, e encontraram novos adeptos na França. Marianne Lederer procurou enriquecer o modelo inicial de Seleskovitch, concebendo vários processos envolvidos na atividade, como a previsão de itens lexicais e expectativas de sentido, tudo através do estudo minucioso de transcrições de conferências (Lederer 1977/2002). Com isso, confirmou a importância de conhecimentos anteriores durante a etapa de processamento.

Já em Moscou, a pesquisa em neurofisiologia e neuro-cibernética de Pyotr Anokhin, discípulo de Pavlov, formou a base inicial de um rico campo de investigações sobre a interpretação simultânea (Chernov 1999:48-50). Com base em sua teoria da antecipação da realidade, lingüistas e psicólogos desenvolveram pesquisas sobre a antecipação de probabilidade, notadamente Lukanina, que apontou para a existência de “elementos prognosticadores” que serviriam como pontos centrais para o intérprete perceber a estrutura sintática do enunciado e produzir uma estrutura sintática durante o processo de interpretação. Além disso, em uma série de pesquisas orientadas pelo próprio Chernov, foi descoberto que, quando se divide um texto coerente em frases separadas desordenadas, o intérprete consegue traduzir apenas uma em cada duas ou três frases. Essas experiências práticas demonstram o papel crucial de processos antecipatórios para o sucesso da atividade, e são coerentes com o programa de formação de intérpretes na Rússia (visando seu futuro trabalho na ONU), que contém matérias

como geografia, política, direito internacional, economia, além de outros assuntos pertinentes.

As duas escolas descritas acima têm em comum a preocupação central com o *processo* de interpretação simultânea, e nisso estão em consonância com a maioria das pesquisas pioneiras da área. Entretanto, com a ampliação posterior do escopo dos estudos da interpretação, que ocorreu, em parte, graças ao cruzamento com abordagens inovadoras dos estudos da tradução, qualquer distinção rígida entre as duas atividades, suas características e finalidades vem ficando cada vez menos viável. E é com isso em mente que prosseguimos para o cerne da questão: as compatibilidades e incompatibilidades, harmonias e dissonâncias, que permeiam as discussões entre aqueles que visam enriquecer a compreensão da tradução em todas suas facetas, e aqueles que desejam fazer a mesma coisa com relação à interpretação.

2.2.4 Estudos da tradução e estudos da interpretação – terreno comum?

Em seu trabalho introdutório do seminário proferido na Universidade de Aston (Reino Unido) em fevereiro de 2002, publicado posteriormente sob o título “Translation Research versus Interpreting Research: Kinship, Differences and Prospects for Partnership” (2004a), Daniel Gile aponta um fato inegável: o de que onde já há pesquisa sobre tradução, tende a haver, também, pesquisa sobre interpretação. Este é o caso, por exemplo, na European Society for Translation Studies (EST) e no Leuven Research Centre for Translation, Communication and Culture (CETRA). Além disso, a quantidade de relatos de pesquisas sobre interpretação em publicações dirigidas principalmente para o campo da tradução é crescente. Em anos recentes, também surgiram periódicos específicos da área de interpretação, como *The Interpreters’ Newsletter* (desde 1989), *Interpreting Studies* (desde 1995) e *Interpreting* (desde 1996).

Se olharmos com mais atenção às listas de publicações das editoras principais da área, vemos que interpretação e tradução aparecem juntas. Para a John Benjamins, “Translation and Interpreting Studies” é uma única área geral, com as seguintes sub-áreas: Bibliographies, Dictionaries, Interpreting e Translation Studies. Dois dos periódicos publicados pela editora, *Interpreting e Language International*, são incluídos tanto na sub-área Translation Studies como na sub-área Interpreting; já outros dois, *Babel* e *Target*, só aparecem na sub-área

de Translation Studies. Mesmo assim, é praxe que este último inclua contribuições sobre interpretação, e já foi publicado um número especial intitulado “Interpreting Research” (*Target*, 1995). Outro fato interessante é a denominação “Translation Studies” para a sub-área de tradução, enquanto a sub-área de interpretação carece da palavra “studies”, o que parece implicar que o título (e a área de pesquisa?) “Interpreting Studies” ainda não foi amplamente aceito.

A Routledge, outra editora que oferece em seu catálogo um número relativamente elevado de títulos sobre tradução e interpretação, não tem uma categoria para tradução e/ou interpretação; os livros sobre ambos os assuntos são incluídos em Lingüística. A St. Jerome Publishing, por sua vez, tem duas publicações sobre as áreas: *The Translator* e *Translation Studies Abstracts*. A primeira aceita, regularmente, contribuições sobre interpretação, e a segunda, dividida em 23 seções, tem cinco destas especificamente sobre interpretação e mais duas que incluem interpretação. Mais uma vez, “Translation Studies” parece abranger a interpretação. Adicionalmente, a frase introdutória no site da editora chama a atenção: “Bem vindo ao site da St. Jerome Publishing, a única editora do mundo especializada em estudos da tradução e estudos interculturais”¹¹. Com isso, mais uma vez, deixa de mencionar a interpretação como estudo autônomo, e a inclui, de forma tácita, como sub-área dos estudos da tradução.

Talvez essa relativa ambigüidade da identidade dos estudos da interpretação seja um reflexo direto de seu estado ainda incipiente, aliado à tentativa por parte dos estudos da tradução de se solidificar enquanto disciplina própria, o que, logicamente, implica a máxima ampliação de seu campo de influência e atuação. É com essa idéia em mente que volto à questão das compatibilidades e incompatibilidades dos estudos da tradução e da interpretação, agora do ponto de vista dos membros-chaves de cada comunidade. Até que ponto essas pessoas têm, ou desejam ter, objetivos em comum, e quais as objeções principais contra uma cooperação mais estreita entre pesquisadores e teóricos dos dois lados?

Tomarei como ponto de partida dessa discussão um trabalho de Barbara Moser-Mercer (1994) que, por defender tão energicamente uma postura extrema,

¹¹ “Welcome to the website of St. Jerome Publishing, the only publisher in the world that specializes in translation and intercultural studies”, no url: <http://www.stjerome.co.uk/index.php>, acessado em 5 de novembro de 2005.

serve bem para iluminar as questões ainda mal resolvidas na área. O trabalho visa identificar e classificar dois grupos de acadêmicos envolvidos nos estudos da interpretação:

O primeiro grupo prefere investigações que requerem precisão nos processos de lógica, e cujos membros se interessam pelas ciências naturais e quantificação; o segundo grupo prefere investigações que envolvem o intelecto de forma menos rigorosa, em termos lógicos, e cujos membros se interessam mais por abordagens advindas das ciências humanas e por teorizações gerais¹² (sem página).

Não é preciso ser especialista em análise do discurso para identificar o viés da autora, que se alinha fortemente com o grupo de acadêmicos que faz uso de processos mentais “precisos”. Moser-Mercer é intérprete, professora de interpretação e pesquisadora na Universidade de Genebra, com interesse principal pelos processos cognitivos envolvidos em interpretação simultânea e os fatores humanos que influenciam o desempenho de intérpretes. Suas credenciais a colocam entre as figuras mais conceituadas da área, porém ela própria parece querer se distanciar de uma parcela grande de pessoas engajadas na investigação da atividade.

Relembro, antes de prosseguir, que um dos primeiros focos do estudo da interpretação simultânea surgiu do casamento entre esta área e as ciências cognitivas, a neurolinguística e a psicolinguística. É esse caminho que pode ser considerado o mais distante da (mais antiga) tradição filosófica dos estudos da tradução, e são os pesquisadores dessa linha que mais defendem a virtude de seus métodos em detrimento de outros. Daniel Gile faz parte deste grupo, e seu discurso sobre o alinhamento dos estudos da interpretação vem se modificando com o tempo.

Foi Gile o convidado para apresentar a questão em pauta no supramencionado seminário na Universidade de Aston, e embora adote um tom bastante didático, deixa transparecer sua preferência. Louva a abundante literatura acumulada durante séculos por pensadores que analisam as possíveis maneiras de lidar com a relação tênue entre texto-fonte e texto-meta, mas na frase seguinte já questiona o valor dessas ponderações, “porque dificulta[m] a exploração de novos caminhos, tais como os estudos empíricos do processo de tradução...ou estudos de

¹² “The first group prefers explorations which require precision of logical processes, and where members are interested in the natural sciences and quantification; the second group prefers explorations which involve the intellect in a less logically rigorous manner, where members are interested more in a liberal arts approach and general theorizing”.

aspectos lingüísticos da tradução”¹³ (Gile 2004a:16). Entretanto, ainda cita o trabalho de vários pesquisadores de interpretação como exemplos bem sucedidos da adoção de métodos e abordagens originárias dos estudos da tradução.

Farei aqui um pequeno desvio para apresentar três abordagens passíveis de aplicação nas duas áreas, além de alguns aspectos sinérgicos e compatíveis que vieram à tona nos últimos anos. Depois, retomarei a discussão travada no seminário no Reino Unido.

Os *Descriptive Translation Studies* (estudos descritivos da tradução), ou DTS, abordagem desenvolvida inicialmente por Gideon Toury, se inspirou na teoria de polissistemas literários de Itamar Even-Zohar, que, por sua vez, tem suas raízes no Formalismo Russo. O pressuposto básico é que qualquer obra – tradução ou não – ocupa determinada posição dentro de um sistema ou “polissistema”, que pode ser central ou periférico, forte ou fraco, etc. A posição que ocupa é transitória, sendo que os elementos periféricos tendem a procurar ocupar uma posição central, enquanto os que já ocupam esta posição se esforçam para manter o *status quo*. Seria esse fluxo, esse constante atrito, que explicaria as mudanças de gostos literários, e a emergência, ascensão e queda de determinados gêneros, obras, autores, etc.

Aplicando essa teoria à tradução, os estudos descritivos procuram entender como as traduções se inserem no polissistema da cultura/língua *meta*, inserção esta que pode divergir muito da posição original da obra na cultura fonte. Ao contrário de muitas outras linhas de estudo, os DTS visam entender a importância de todos os elementos que compõem a tradução enquanto produto ou objeto, que influenciam sua recepção e demonstram como é recebido pelo sistema de chegada. Esses aspectos foram designados como metatextos (qualquer texto escrito ou falado *sobre* uma tradução) e paratextos (tudo que aparece como parte do produto final: sua capa, contracapa, citações, fotos, etc.). A comparação desses elementos, aliada à comparação entre o texto fonte e o(s) texto(s) meta(s), ajuda a desenvolver um quadro bastante detalhado das atitudes prevalentes na produção da tradução. Os conceitos básicos dos DTS foram transferidos para os estudos da interpretação por Miriam Shlesinger¹⁴, colega de Gideon Toury, e a aplicação do

¹³ “because it makes more difficult the exploration of new pathways, such as empirical studies of the process of translation...or studies of linguistic aspects of translation”.

¹⁴ Ver Shlesinger 1998.

conceito de norma tradutória para a interpretação foi investigada isoladamente por outros acadêmicos, inclusive Moira Inghilleri, do Goldsmiths College, na Universidade de Londres, cujo trabalho forma parte da fundamentação teórica do presente estudo.

Existem múltiplas abordagens linguísticas, sobretudo as envolvendo a pragmática e a análise do discurso, que são caracterizadas por análises detalhadas de textos fonte e meta, tanto na tradução como na interpretação. Dois dos pioneiros deste tipo de estudo são Basil Hatim e Ian Mason. Em *The Translator as Communicator* (1997), aplicam vários conceitos centrais da pragmática, como polidez, registro, poder, coesão, mediação, etc., para exemplos bastante variados, com o intuito de identificar como pequenas alterações no texto meta têm um impacto na força ilocucionária e outros aspectos da comunicação, alterando tangivelmente seu rumo e a relação entre os interlocutores. Embora tal abordagem tenha tomado o “tradutor” como objeto principal de pesquisa, fica claro no trabalho de Hatim e Mason que a interpretação, por lidar com ações e reações “ao vivo”, é um dos terrenos de tradução *lato sensu* mais férteis para uma abordagem baseada na pragmática.

Outra teoria da tradução com aplicabilidade para a interpretação – e, aliás, criada para abranger a interpretação – é a teoria do *skopos*, ou funcionalista, desenvolvida por Hans Vermeer. De forma semelhante aos descritivistas, os funcionalistas procuram entender uma tradução pela sua inserção na cultura fonte:

podemos estabelecer...como regra fundamental da tradução e interpretação que o receptor, dentro da sua situação de comunicação, deverá apreender a mensagem. Esta teoria opõe-se frontalmente à tradicional tradução à letra (Vermeer 1985 apud Alves e Scheible 1996:175).

Podemos acrescentar que se opõe frontalmente, também, à cisão estabelecida por Schleiermacher entre tradução “verdadeira” e interpretação mais de 150 anos antes. A teoria procura anular a herança mais prescritiva da escola germânica, focando na tradução como *ação* (como qualquer atividade humana), e evitando caracterizá-la em termos da sua orientação mais na direção da cultura de partida ou de chegada. Também evita levar em consideração as interferências de mediadores e agentes indiretamente envolvidos no processo tradutório na busca de um modelo simples e de ampla aplicabilidade. Tomando essa teoria, Franz Pöchhacker a utilizou como estrutura para a criação de modelos conceituais e

análises empíricas de características interacionais, situacionais e textuais de interpretação simultânea de conferências.

Outra área de sinergia é oferecida pela própria natureza da tradução e da interpretação e as características mútuas que se multiplicam com o surgimento de novas tecnologias. Maria Theresa Musacchio (em Schäffner 2004a:45) ressalta o fator do tempo, pelo qual a interpretação se assemelha à *sight translation* (tradução falada de um texto escrito), propondo investigações nessa área como possível campo de interesse. As duas práticas também envolvem um *processo* tradutório, que é objeto de análise dos estudos da interpretação desde sua eclosão, mas que ainda recebe pouca atenção por parte de estudiosos da tradução escrita. Ian Mason (2004) ressalta ainda a natureza interacional de textos escritos, o que os aproxima da interpretação, em especial à *dialogue* ou *community interpreting*.

Tendo visto alguns conceitos e abordagens que já geraram conhecimentos a respeito das duas áreas, voltamos agora para a discussão em pauta, dando a palavra para Franz Pöchhacker, que, nas suas palavras, mantém uma “relação produtivamente adversativa” com Daniel Gile há aproximadamente 10 anos. Embora ele mesmo designe como “empíricas” as pesquisas que desenvolve (Pöchhacker 2004a:77), é uma das vozes mais conciliadoras na questão da formação de parcerias entre as comunidades dos estudos da tradução e da interpretação. Faz uma crítica, nos moldes da análise do discurso, dos termos usados por Gile (2004a), criticando o emprego repetido de palavras como “reflexão” e “especulação”, contrapostas a “pesquisa”, muitas vezes “empírica”, porque exprime dissensão:

não deveríamos ficar tão preocupados com tal distinção, e em vez disso deveríamos apreciar a grande variedade de idéias (‘teorias’) dentro de uma evolução geral na direção de uma melhor compreensão e explicação de fenômenos tradutórios.¹⁵
(Pöchhacker 2004b:106)

O próprio Gile se dá o direito de rebater no final da publicação (Gile 2004b), alegando incompreensão diante das críticas de Pöchhacker. Mais adiante, oferece uma possível explicação: que pode haver uma falta de conhecimento mútuo das normas subjacentes das duas grandes linhas de estudos da tradução (para as quais emprega os termos de Moser-Mercer, de “paradigma das ciências naturais” e “paradigma inspirada nas ciências humanas”). Se o alinhamento de um grupo for

¹⁵ “we should not be all that concerned with such a distinction and instead appreciate the full variety of ideas (‘theories’) within an overall evolution toward a better understanding and explanation of translational phenomena”.

tão forte que dificulta até a comunicação com o outro grupo, isso não é muito promissor para possíveis sinergias no futuro.

Passamos agora para a troca de idéias em *Target* (2000-2001), caracterizada em termos gerais nas páginas 13 e 14 deste trabalho. Começa com um manifesto unificado de dois defensores de posições aparentemente antagônicas: as de Andrew Chesterman, que propõe uma “teoria Popperiana da tradução”¹⁶, e de Rosemary Arrojo, que advoga uma visão pós-moderna da tradução. Embora tal empenho necessariamente impeça um aprofundamento além das idéias básicas propostas (pois isso levaria inevitavelmente para os tópicos de divergência), o debate que desencadeou foi bastante intenso, mesmo que pouco decisivo. Encerrando a última série de respostas, Marilyn Gaddis Rose escreveu que ficou “perturbada” com as repetidas expressões de “exasperação, frustração, até superioridade e defensividade” (Rose 2001:349). Ela pode estar se referindo a Anthony Pym, que procurou demonstrar a impossibilidade de uma cooperação entre opostos (em termos epistemológicos), e às contribuições cujos títulos, como “Why should we seek common ground” e “Do we need a shared ground?”, colocam em xeque a própria possibilidade de união nos estudos da tradução.

Naturalmente, durante o processo de consolidação de qualquer disciplina acadêmica há um “jogo de cadeiras”, no qual diferentes atores tentam se projetar e dar mais legitimidade para o ponto de vista que defendem. Aliás, isso não ocorre apenas no início de um processo; é um constante em qualquer sistema. Pode ser que ainda exista um ou outro defensor da organização dos estudos da tradução e interpretação em múltiplas áreas acadêmicas, de acordo com as preferências pessoais dos acadêmicos envolvidos. Entretanto, pela abundância do diálogo entre as diversas vozes, isso não me parece ser o caminho sendo percorrido atualmente. A força dos argumentos a favor e contra diversos posicionamentos não é sinalizadora de uma iminente implosão da área e, sim, representativa da luta de poder para a ocupação da posição central, em termos pessoais, epistemológicos, metodológicos, geográficos e do objeto de estudo.

Se as normas pelas quais a tradução foi estudada e contemplada durante os últimos séculos se basearam numa preocupação com a maneira de produzir um

¹⁶ Do prefácio de Chesterman 1997. *Memes of Translation. The Spread of Ideas in Translation Theory*. Amsterdã: John Benjamins. Acessado eletronicamente no url <http://www.helsinki.fi/~chesterm/1997cMemes.html> em 16 de novembro de 2005.

texto “fiel” a partir de um “original”, com o que constitui “fidelidade” e “liberdade”, e em quais circunstâncias o tradutor deveria ter mais cuidado com a forma ou mais cuidado com o conteúdo e o que isso significa para diferentes tipos de texto; e ainda se essas questões foram o objeto de observações de algumas das mentes mais brilhantes da humanidade, me parece um contra-senso simplesmente desprezar essa herança. Ao mesmo tempo, as mudanças no mundo foram tantas nas últimas décadas que uma transformação na forma de observar, formular e conceber os fenômenos tradutórios acaba sendo o resultado inevitável. O atrito entre as pessoas com um pé no passado e aquelas que, entusiasmadas com as tantas oportunidades à vista, querem desbravar novos rumos cria uma arena propícia para lutas e desentendimentos. Mas é o mesmo atrito que pode ser um grande catalisador para uma nova era nos estudos da tradução – em parceria com a interpretação.

3

Ouvindo a voz do intérprete: o profissional em interação

3.1 Teoria e Conceitos

No segundo capítulo, vimos algumas das possíveis maneiras de investigar a tradução e a interpretação, além dos sinergias e conflitos que vêm sendo gerados. Na primeira parte deste capítulo, apresento as teorias que servirão para embasar a análise dos dados levantados em entrevistas com intérpretes, que visam determinar como o intérprete age no seu ambiente de trabalho e como essa atuação se orienta e se restringe pelo contato com os outros atores e estruturas presentes nesse mesmo ambiente. A abordagem teórica empregada se inspirou no trabalho de Moira Inghilleri, socióloga e pesquisadora em interpretação, que investiga essa atividade no contexto de entrevistas mediadas por intérpretes durante processos de pedido de asilo, no Reino Unido (Inghilleri 2003). Mesmo que o contexto britânico não tenha muito a ver com a interpretação simultânea praticada no Rio de Janeiro, o que importa aqui é o enfoque: o interesse pelo plano individual em relação ao do grupo, os atores interagindo com as estruturas sociais. As motivações do presente trabalho são consoantes com aquelas expostas pela pesquisadora no Reino Unido:

Esta abordagem, dentro da qual localizo minha própria pesquisa, vê a atividade de interpretação – como qualquer atividade sociolingüística – como uma forma de ação social e de organização social. Vê *toda* atividade de interpretação como sendo localizada dentro de sistemas de crenças e valores distintos, que operam com determinadas práticas comunicativas e as legitimizam. Sugere que os modos pelos quais os intérpretes trabalham ... são influenciados pelos contextos sociais e políticos nos quais tanto o trabalho como a formação que possa informar sua prática profissional ocorrem. Afirma que os intérpretes ... se inserem em conjunturas de poder e controle – tanto dentro como fora de seu campo profissional.¹ (Inghilleri 2004:73 – grifo no original).

Na formulação de sua abordagem, Inghilleri faz uma ponte para os estudos da tradução já consolidados como disciplina, ao adotar e empregar um dos conceitos mais conhecidos de Gideon Toury. Como já vimos, Toury foi responsável por conceber uma maneira inédita de investigar a tradução, que

¹ “This approach, in which I would locate my own research, views interpreting activity – like all sociolinguistic activity – as both a form of social action and social organisation. It views *all* interpreting activity as located within distinctive belief and value systems which both operate on and legitimise particular communicative practices. It suggests that the ways in which interpreters work ... are influenced by the social and political contexts in which both their work and the training that may inform their professional practice occurs. It maintains that interpreters ... are caught up in larger social configurations of power and control – both internal and external to their professional field of practice.”

chamou de *Descriptive Translation Studies* (DTS), ou Estudos Descritivos da Tradução. O conceito de interesse para o presente estudo é o de norma tradutória, desenvolvido como uma primeira tentativa de teorizar a respeito das regularidades encontradas em textos traduzidos. Esse conceito servirá como uma primeira base para a análise dos dados. O outro elemento da abordagem de Inghilleri que empregarei vem do campo da sociologia, na forma de alguns dos conceitos centrais propostos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que Inghilleri aplica ao contexto de interpretação. Segundo ela, os estudiosos da tradução e interpretação vêm se interessando cada vez mais por Bourdieu, na medida em que cresce a percepção da importância da *pessoa* do tradutor/intérprete: “os conceitos de Bourdieu ... trouxeram uma contribuição valiosa e singular para a teorização da interação entre agentes e estruturas”. E mais, essa nova visão da interpretação/tradução “tem incentivado o foco na localização e reconhecimento dos estudos da tradução e da interpretação dentro de disciplinas e departamentos acadêmicos”² (2005:126). A força analítica dos conceitos de *habitus* e campo será um aliado na interpretação dos dados coletados, fruto de entrevistas orientadas para identificar comportamentos e atitudes individuais situados num determinado contexto de interpretação.

3.1.1 O conceito de norma e as normas tradutórias de Gideon Toury

Como pretendo espelhar a abordagem de Inghilleri, vou me restringir ao conceito específico de “norma tradutória” cunhado por Gideon Toury, mas considero necessário antes falar um pouco do conceito geral de norma, um termo bastante difundido nas ciências sociais. Segundo a explicação de Toury (1995:53-55), as normas têm a função de traduzir valores ou idéias gerais compartilhados por uma dada comunidade em instruções de comportamento. Tais instruções incluem as ações que são prescritas e proibidas, toleradas e permitidas, em determinadas circunstâncias. Normas também implicam sanções, tanto reais como potenciais, tanto negativas como positivas. Elas desempenham um papel central no estabelecimento e manutenção da ordem social: embora a não-adesão a uma norma não a invalide, qualquer comportamento desviante tem seu preço. Quando

² “Bourdieu’s concepts ... have made a valuable and unique contribution to the theorization of the interaction between agency and structure” ... [vision] “has stimulated a focus on the location of and recognition given to translation and interpreting studies within academic disciplines and departments”.

as normas são formuladas explicitamente, isso tende a mostrar que as pessoas que as formularam têm consciência da sua existência, que essas normas são importantes para a comunidade, e que há interesses em jogo, sobretudo aquele de controlar o comportamento dos membros da comunidade (ou seja, as normas são formuladas para *ditar* comportamentos). Uma conclusão que Toury tira desse fenômeno é que “as formulações normativas tendem a ter um viés e sempre precisam ser tratadas com cautela” (ibid:55). Essa advertência será levada em consideração no próximo capítulo, quando investigarei os códigos de ética adotados pela profissão de interpretação de conferências.

A definição de norma de Theo Hermans é ainda mais sucinta:

O termo “norma” se refere tanto a uma regularidade de comportamento, i.e. um padrão recorrente, como ao mecanismo subjacente que explica essa regularidade. O mecanismo é uma entidade psicológica e social. Faz a mediação entre o indivíduo e o coletivo, entre as intenções, escolhas e ações do indivíduo e as crenças, valores e preferências coletivos. As normas influenciam a interação entre pessoas, especialmente o grau de coordenação necessária para a coexistência continuada, mais ou menos harmoniosa, com outras pessoas do grupo ... As normas contribuem para a estabilidade das relações interpessoais por reduzirem a incerteza. Tornam o comportamento mais previsível através da generalização de experiências passadas e a projeção para o futuro de tipos de situações parecidas. Elas têm uma função reguladora social.³ (Hermans 1999:80)

As normas, então, não podem ser enxergadas apenas como restrições coercivas com possíveis sanções acopladas; também oferecem modelos de comportamento que podem ser adotados consciente ou inconscientemente, ajudando os agentes de determinado grupo social a coordenarem seus atos de forma coerente.

No presente estudo, usarei a palavra “restrição” para me referir às forças identificadas na pesquisa que influenciam a atuação dos intérpretes. Restrições podem, naturalmente, ser sentidas como forças negativas (o cliente que não atende aos pedidos do intérprete, por exemplo), mas, como Hermans ressalta, também podem servir para balizar comportamentos, limitando as opções disponíveis e indicando aos agentes de determinada comunidade qual o modo adequado de agir.

³ “The term ‘norm’ refers to both a regularity in behaviour, i.e. a recurring pattern, and to the underlying mechanism which accounts for this regularity. The mechanism is a psychological and social entity. It mediates between the individual and the collective, between the individual’s intentions, choices and actions, and collectively held beliefs, values and preferences. Norms bear on the interaction between people, more especially on the degree of coordination required for the continued, more or less harmonious coexistence with others in a group...Norms contribute to the stability of interpersonal relations by reducing uncertainty. They make behaviour more predictable by generalizing from past experience and making projections concerning similar types of situation in the future. They have a socially regulatory function.”

A premissa é que tradução e interpretação são ações comunicativas, e assim sendo, constituem formas de comportamento social (ibid:80).

Para o caso específico da tradução, Toury concebeu três categorias de normas tradutórias, que seriam responsáveis pelas regularidades encontradas na prática tradutória. Segundo ele, dada a função de toda tradução de criar um elo entre dois sistemas de normas diferentes – da língua/cultura do texto fonte e da língua/cultura da tradução –, o tradutor (e intérprete) precisa escolher o sistema que vai privilegiar quando realizar sua tradução. Toury explica: “enquanto a adesão às normas fonte determina a **adequação** da tradução para com o texto fonte, o cumprimento das normas oriundas da cultura meta determina sua **aceitabilidade**” (1995:56-7 – grifos no original). A essa tendência, que subjaz todo o texto traduzido, ele dá o nome de **norma inicial**, que representa a escolha (consciente ou não) entre duas opções, dois pontos de vista. Naturalmente, uma tradução “aceitável” (ou “aceitável para com o pólo receptor”, na terminologia de Inghilleri⁴) tenderia a ter muito mais desvios em termos lingüísticos e de conteúdo, embora nem mesmo a tradução mais “adequada” (ou “adequada para com a fonte”) seja isenta de desvios, devido à inexistência de equivalência perfeita entre sistemas lingüísticos diversos, entre outras fatores.

Os outros dois tipos de norma tradutória são as **normas preliminares** e as **normas operacionais**. As primeiras informam as políticas de tradução (a seleção dos textos a serem traduzidos) e o grau de aceitação de traduções produzidas a partir de outras traduções. Hermans (1999), em uma breve visão geral do tema, acrescenta outro fator que poderia ser considerado como norma preliminar: se o tradutor traduz apenas para a sua língua nativa ou se pode traduzir para outras línguas. Essa consideração é bastante relevante no contexto de interpretação, que tem uma classificação estrita de línguas e regras codificadas sobre seu uso.

As normas operacionais, por sua vez, se dividem em normas matriciais e normas textuais e lingüísticas. As primeiras dizem respeito à existência ou não no texto traduzido de todo o material presente no texto fonte, e as últimas regulam os aspectos textuais e lingüísticos, sendo que as normas que regulam a produção de *textos* na cultura meta não são necessariamente iguais àquelas que regulam a produção de *traduções* na mesma cultura.

⁴ Inghilleri adota os termos “source adequacy” e “target acceptability”, assim evitando as possíveis confusões causadas pelos termos de Toury (mais sobre isso em Hermans, 1999:76).

Segundo Toury, as normas tradutórias em si não são diretamente observáveis, pois são internalizadas, muitas vezes de forma inconsciente. Portanto, são as manifestações ou produtos das normas que se pode investigar. Há duas fontes de informações que servem para reconstituir as normas tradutórias: as fontes textuais (os textos em si) e as fontes extra-textuais (por exemplo, formulações semi-teóricas ou críticas, declarações de tradutores, resenhas de traduções, etc.)⁵. Os textos seriam os produtos primários das normas, enquanto as fontes extra-textuais seriam produtos derivados, e como tal, precisariam ser analisadas com cuidado; não se pode presumir que um comentário ou opinião sobre uma tradução tenha uma relação direta com o próprio texto traduzido, mesmo que o comentário tenha sido feito pelo próprio tradutor.

3.1.2 *Habitus* e campo: o jogo social de Pierre Bourdieu

O outro elemento que sustentará a análise dos dados vem da obra do sociólogo francês, Pierre Bourdieu. Naturalmente, não faz parte do escopo do presente trabalho elaborar em detalhes suas teorias desenvolvidas durante anos de produção de críticas das estruturas políticas e sociais da vida e, sim, apropriar-se de determinados conceitos para dar sentido aos dados coletados. Nos estudos da tradução e interpretação, a figura que sobressai pela aplicação da obra de Bourdieu para essas práticas é Moira Inghilleri, e é a ponte já esboçada por ela que seguirei para interagir com os pensamentos do sociólogo. Ressalto que o apelo do enfoque teórico escolhido é a possibilidade que este oferece de apreender, de forma expressiva, as ações e estratégias individuais dos intérpretes dentro de conjunturas sociais.

Bourdieu concebe o espaço social a partir de dois pontos de vista interdependentes: do individual e do estrutural. O conceito de **campo** representa a estrutura objetivada. Campos são áreas socialmente determinadas, estruturas sociais relativamente independentes, tais como: campo acadêmico, campo político, campo religioso, campo literário, etc. Cada campo tem uma dinâmica constituída pelas ações dos indivíduos dentro do mesmo, que são detentores de diferentes graus de conhecimento e poder, e que interagem numa luta, ou “jogo”, para ganhar mais capital dentro daquele campo.

⁵ Ver Toury 1995:65 para uma lista mais completa de fontes extra-textuais.

Os mesmos agentes são dotados de um *habitus*, um atributo individual, o produto da história pessoal, do trajeto social do indivíduo, que Bourdieu define como

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (Bourdieu 1983, apud Setton 2002).

Habitus é uma faceta literalmente “incorporada” na pessoa, que possibilita que o agente aja e se sinta “em casa” no mundo, e que baliza suas ações sem que ele tenha consciência disso. Entretanto, embora seja produto de uma história individual, o *habitus* não é destino, e sim, um sistema “incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas” (Bourdieu 1992, apud Setton 2002).

Os *habitus* também são compartilhados pelo grupo, no sentido em que são manifestos e constituídos em campos específicos:

são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo ... diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. (Bourdieu 1994:22)

Existe, portanto, uma relação de mão dupla entre o *habitus* individual e a estrutura de um campo socialmente determinado. “[A]s ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais ... [são] produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura” (Setton 2002).

Em seu trabalho, Inghilleri levanta a questão de se a tradução (ou interpretação) pode ser considerada como constituindo um campo, no sentido dado por Bourdieu. Ela cita Simeoni, que defende que o tradutor faz uso de um *habitus* social, e não de um *habitus* específico da profissão, chegando à conclusão de que a tradução não constitui um campo e, sim, um “pseudo-campo” (Simeoni 1998, apud Inghilleri 2003:245). Uma leitura mais detalhada de Bourdieu revela que os diversos campos detêm diferentes graus de autonomia dos “campos englobantes”, cujas necessidades são “do lucro, econômico ou político” (Bourdieu 1992:246). Tratando do campo literário, afirma que “o grau de autonomia de um campo de produção cultural revela-se no grau de que o princípio de hierarquização externa aí está subordinado ao princípio de hierarquização interna”

(ibid) e que isso “varia consideravelmente segundo as épocas e segundo as tradições nacionais” (ibid:250). Segundo Bourdieu:

O estado da relação de forças nessa luta depende da autonomia de que dispõe *globalmente* o campo, ou seja, do grau em que suas normas e suas sanções conseguem impor-se ao conjunto dos produtores de bens culturais e àqueles mesmo que, ocupando a posição temporalmente (e temporariamente) dominante no campo de produção cultural ... são os mais próximos dos ocupantes da posição homóloga no campo do poder, portanto, os mais sensíveis às solicitações externas e os mais heterônomos (ibid:246, grifo no original).

Tendo em vista o esforço que a tradução e interpretação vêm demonstrando para se articular – tanto profissional como academicamente – e a ainda limitada capacidade de seus agentes de impor “suas normas e suas sanções” diante do “campo do poder”⁶, eu proponho, diferentemente de Simeoni, que essas áreas não constituem um pseudo-campo, mas um campo ou sub-campo em formação. Entretanto, serão os depoimentos dos entrevistados, a serem apresentados em seguida, que sustentarão ou não essa afirmação.

3.2 Aplicando os conceitos para a interpretação: a metodologia

Como já foi descrito no início do presente trabalho, meu objetivo em embarcar neste estudo foi determinar as fontes e naturezas das restrições que exercem influência na atuação do intérprete. Como moro e trabalho no Rio de Janeiro, meu campo de pesquisa se limitou ao universo de intérpretes que trabalham nessa cidade. Nesta seção, descrevo em mais detalhes o contexto e conteúdo da pesquisa.

3.2.1 O mercado de interpretação na cidade do Rio de Janeiro

Conforme já mencionado, a profissão de interpretação não é regulada e apenas uma parcela das pessoas que exercem a atividade tem formação e/ou é filiada a alguma entidade de classe (sindicato ou associação). Entretanto, como o foco da minha pesquisa se restringe, basicamente, a eventos com interpretação simultânea, fica menos difícil identificar os atores, pois é muito menos provável que uma pessoa sem formação venha a trabalhar em cabine do que com interpretação consecutiva ou alguma outra modalidade. Aliado a isso, a necessidade de se trabalhar em duplas praticamente impossibilita que alguém exerça a atividade sem que passe a ser conhecido por outros intérpretes da cidade (cujo mercado não é grande).

⁶ Ver Bourdieu 1994:51-52 para mais sobre o conceito do “campo do poder”.

Tendo isso em mente, considere que a melhor prática para estimar o tamanho do mercado seria pedir as opiniões de três pessoas-chaves desse meio: um membro do conselho da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC), Região Brasil, uma professora do principal curso de formação de intérpretes do Rio de Janeiro e uma das sócias de um grande escritório de interpretação na cidade. As três estimativas que me forneceram do número de intérpretes atuando no mercado carioca foram de 50, 80 e 80 pessoas, embora nem todas trabalhariam regularmente. Portanto, acredito que seja razoável tomar 70 como um número plausível. Os intérpretes são todos autônomos (*freelancers*), e a maioria tem outra(s) fonte(s) de renda. É de conhecimento geral que a cidade do Rio de Janeiro é a sede de mais conferências e cursos de duração de mais de um dia do que todas as outras localidades do Brasil, mas o mercado é relativamente pequeno, o que impossibilita que os intérpretes se especializem em áreas ou assuntos específicos.

3.2.2 Caracterização dos intérpretes entrevistados

Entrevistei nove intérpretes que trabalham no Rio de Janeiro (representando aproximadamente 13% do total). São uma mistura de profissionais mais novos e outros com muitos anos de experiência; quatro também atuam como intérpretes coordenadores⁷. Oito dos nove fizeram cursos de formação de intérpretes, e quatro têm uma formação de pós-graduação na área de tradução e/ou interpretação. Oito dos nove têm português como língua A⁸, e oito têm inglês como língua ativa ou passiva; seis têm espanhol como língua ativa ou passiva; três têm francês ativo (sendo um como língua A) e um tem italiano como língua ativa. Essa combinação de línguas de trabalho é bastante representativa do mercado carioca.

⁷ Intérpretes coordenadores são os intérpretes que chefiam as equipes, fazendo o intercâmbio entre os clientes / organizadores do evento e os outros intérpretes. Suas tarefas incluem: o envio de propostas; a negociação dos honorários e dos termos de contratação; a requisição de material dos oradores para os intérpretes; o fornecimento de um glossário e/ou referências para pesquisa; a certificação das informações logísticas e administrativas, etc.. Muitas vezes, o intérprete coordenador também trabalha como intérprete no evento que organiza, mas isso não é uma regra. Os intérpretes coordenadores dos grandes escritórios de interpretação são auxiliados por uma secretária, que é a pessoa de contato dos intérpretes que irão trabalhar no evento.

⁸ A classificação de línguas estabelecida pela AIIC, e reconhecida internacionalmente, divide as línguas de trabalho em línguas ativas (A e B) e passivas (C). Língua A é a língua materna do intérprete, ou outra língua absolutamente equivalente à língua materna, para a qual o intérprete trabalha a partir de todas as outras línguas de trabalho, em ambos os modos de interpretação, simultânea e consecutiva. Língua B, embora não seja a língua materna, é uma língua que o intérprete domina totalmente, para a qual ele trabalha a partir de uma ou mais de suas línguas. Língua C é uma língua a partir da qual o intérprete trabalha e da qual tem uma perfeita compreensão.

3.2.3 Descrição das entrevistas

As entrevistas foram conduzidas pessoalmente e levaram entre uma e duas horas cada. Anotei os comentários, os redigi posteriormente e os enviei para os informantes. Em seguida, eles retornaram os documentos com alterações e acréscimos, criando assim um espécie de depoimento. Durante a tabulação dos dados, encontrei várias lacunas e contactei todos os entrevistados mais uma vez para fazer perguntas específicas, cujas respostas serviram para complementar os depoimentos individuais.

As entrevistas não seguiram um formato estruturado, motivo pelo qual não há um roteiro ou questionário anexado. Procurei deixar os intérpretes à vontade para falar sobre os vários tópicos, sem muita interrupção. Minha interferência sobre o conteúdo limitou-se a garantir que fossem abordados os quatro tópicos macro, que descrevo a seguir.

(i) Evento Ideal

Dei carta branca aos informantes para imaginarem um evento ideal. Eles poderiam imaginar onde seria, que tipo de evento seria, como seriam as condições físicas e logísticas, e como seriam todas as outras pessoas envolvidas: os colegas intérpretes, os organizadores, os técnicos, os intérpretes coordenadores, os oradores. Pretendi, com isso, estabelecer um “ideal” com a finalidade de compará-lo com o “real”.

(ii) Restrições

Pedi aos informantes que pensassem em todas os fatores que impedem que trabalhem do jeito que gostariam. Pretendi, com isso, identificar quais fatores incomodam mais os intérpretes.

(iii) Escolhas tradutórias

Solicitei aos informantes que explicassem como se preparam, em termos de vocabulário e terminologia, antes do evento, e se/como as traduções encontradas antes do evento se alteram durante o evento. Pretendi, com isso, identificar os agentes e fatores que influenciam as escolhas tradutórias dos intérpretes.

(iv) Crenças sobre interpretação

Pedi aos entrevistados que explicassem sua “filosofia” de interpretação: como gostam de trabalhar. Perguntei, especificamente, se procuram produzir uma tradução mais “fiel” para com a fala do orador, ou se pensam mais na recepção

pelo público. Não impus um conceito de fidelidade; cada entrevistado poderia atribuir ao adjetivo “fiel” a definição que considerasse apropriada.

Depois de receber todos os depoimentos, extraí os dados quantificáveis sobre cada assunto e os lancei em planilhas do programa Excel, do pacote Office da Microsoft Windows, para encontrar as semelhanças entre as opiniões e experiências expressadas. Foi nesse estágio que detectei as lacunas nas respostas e procurei os informantes para poder complementar os dados. Os primeiros três tópicos geraram, sobretudo, dados quantificáveis, enquanto o quarto tópico gerou respostas bastante variadas, que foram analisadas qualitativamente.

3.2.4 Vantagens e desvantagens da metodologia

As vantagens dessa metodologia, comparada, por exemplo, com o envio de questionários por e-mail, foram várias. Primeiro, questionários eletrônicos tendem a obter um retorno relativamente baixo, e a qualidade das respostas varia muito (algumas pessoas escrevem muito, outras, quase nada). Com as entrevistas, eu pude intervir para orientar o informante, mas tomando o cuidado de não estruturar muito a fala (evitei criar uma dinâmica de perguntas e respostas). Procurei deixar as idéias fluírem, com a esperança de que uma coisa levasse a outra, criando uma espécie de “efeito dominó” de memórias. De um modo geral, senti que isso acontecia, principalmente com a primeira pergunta (o evento ideal), e a última (crenças sobre interpretação).

As desvantagens da metodologia foram que, dado o tamanho relativamente grande de cada entrevista, ficou limitada a quantidade de intérpretes que eu poderia incluir (a transcrição das anotações foi muito trabalhosa). Além disso, sinto que “melhorei com a prática”. As primeiras entrevistas foram mais fracas que as últimas, tendo apresentado mais lacunas. Atribuo essa diferença ao fato de eu ter obtido mais idéias de diferentes fatores com o decorrer das entrevistas, podendo sugerir mais fatores/tópicos para os informantes que entrevistei posteriormente. Embora eu tenha procurado preencher essas lacunas com conversas posteriores com os entrevistados, houve alguns assuntos, principalmente relacionados ao quarto tópico (crenças sobre interpretação), que foram mencionados por apenas alguns dos intérpretes. A realização de uma ou duas entrevistas piloto poderia ter servido para estabelecer um roteiro exato a ser

seguido em todas as entrevistas, mas considerados os objetivos e escopo do presente estudo, esse procedimento não foi julgado necessário.

Olhando mais criticamente para cada tópico, eu diria que o tópico “evento ideal” foi aquele que os intérpretes mais gostaram de elaborar, alguns chegando a ser muito criteriosos em detalhar todos os elementos. Há fatores mencionados que representam apenas desejos (como o intérprete que estipulou que o orador teria um senso de humor), já outros são necessidades (como equipamentos que funcionam), enquanto ainda outros não poderiam ser considerados nem essenciais e nem completamente inconseqüentes (como o sotaque norte-americano do orador). Alguns informantes foram muito claros em apontar essa divisão, dizendo quais fatores eram essenciais, já outros, não. Alguns respondiam à pergunta sobre o evento ideal pensando, sobretudo, nas condições ideais que possibilitassem um trabalho adequado, enquanto outros almejavam graus mais elevados de satisfação e conforto.

A segunda pergunta, sobre os fatores restritivos, me surpreendeu ao produzir um volume menor de respostas. Entretanto, acredito que a diferença entre o volume da primeira pergunta e o da segunda represente justamente a diferença entre o essencial e o ideal. Um cruzamento dos dados da primeira e da segunda perguntas pode indicar os fatores principais que representam restrições para os intérpretes trabalhando neste mercado.

A terceira pergunta, sobre as escolhas tradutórias, produziu respostas surpreendentemente homogêneas, e aponta claramente os caminhos percorridos pelos intérpretes durante sua preparação e os fatores de influência no evento. O único ponto de interrogação é a frequência com a qual todas as etapas descritas ocorrem, tendo em vista as restrições já identificadas e de outra ordem, principalmente no que diz respeito a tempo. Levarei esses pontos em consideração no tratamento dos dados.

Para as respostas da quarta pergunta (sobre as crenças sobre interpretação), há uma ressalva básica: que aquilo que é crença não necessariamente se manifesta na prática. Sem uma análise de corpus, fica impossível saber se as pessoas que dizem interpretar de um jeito ou de outro realmente o fazem. Por outro lado, a expressão das opiniões demonstra a linguagem com a qual os intérpretes verbalizam sua atuação, e as semelhanças e diferenças nessa linguagem apontam para confluências e divergências entre o grupo de intérpretes entrevistado.

3.3 Os resultados

Nesta seção, apresento os resultados obtidos nas entrevistas com nove intérpretes atuando na cidade do Rio de Janeiro. As planilhas contendo todos os dados relativos aos primeiros três tópicos se encontram nos Apêndices 1 a 3. Os dados (comentários e opiniões) referentes ao quarto tópico foram incluídos nos resultados relativos a esse tópico (seção 3.3.4) e na análise dos dados (Capítulo 4).

3.3.1 O evento ideal

Tal como o par ideal, o evento ideal não existe, tampouco tem um único conjunto de feições que agrada a todos. Entretanto, as respostas tiveram certos fatores em comum e apontaram para preferências gerais. O primeiro desses foi o consenso total de que a interpretação seria **simultânea**. Na verdade, tive que perguntar explicitamente para alguns dos entrevistados para eliciar a modalidade, de tão habitual que ela é.

O evento ideal em si teria entre três e 15 dias de **duração** (9)⁹, sendo que seis dos intérpretes estipularam quatro ou cinco dias. Como explica um dos entrevistados: “com um evento mais longo, tenho a chance de me entrosar, conhecer o vocabulário específico ... [e] ‘entrar no assunto específico do evento’”. A **jornada** seria de seis horas (6) e os **honorários** seriam de acordo com a tabela do Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA)¹⁰ (7).

O **local** do evento seria apropriado (7) para interpretação simultânea, oferecendo uma boa infraestrutura (7), inclusive bastante água e café/chá (6). A **cabine** seria ampla o suficiente (7), bem posicionada (6) e bem ventilada e/ou com uma temperatura agradável (6). O **áudio** funcionaria perfeitamente (7) e/ou os equipamentos seriam de boa qualidade (4) e o **técnico** seria competente (8) e física e mentalmente presente (6).

Não existe um **assunto** ideal, pois dos sete intérpretes que expressaram uma preferência (apenas dois disseram que o assunto não importa), todos tiveram opiniões divergentes sobre quais seriam os tópicos ideais. Quatro acreditaram que o assunto poderia afetar o desempenho (devido à experiência acumulada) e três disseram que um evento com um tema só é preferível.

⁹ Quando não incluo o número de informantes que mencionou um determinado fator no texto, o coloco entre parênteses, depois do fator mencionado. As palavras em negrito correspondem aos tópicos de cada questão abordada.

¹⁰ Os preços sugeridos pelo SINTRA podem ser acessados no url: <http://www.sintra.org.br/site/index.php?pag=valores>.

Antes do evento ideal, os intérpretes receberiam o **contrato assinado** (5). Também receberiam **material** (9) para estudar, preferencialmente duas a quatro semanas antes do evento (6). O material de mais interesse dos intérpretes são as apresentações em Microsoft Powerpoint (8) e os nomes dos palestrantes (7). Cinco dos intérpretes gostariam de desenvolver um glossário junto com seu colega de cabine antes do evento, e cinco também queriam encontrar com os oradores de antemão, ou no dia do evento ou em outro dia.

De todos os fatores mencionados, os dois que inspiraram o maior grau de exigência foram o **orador** e o **colega de cabine** ideais, que foram detalhados com um total de 27 características cada. Em média, cada intérprete entrevistado caracterizou o orador ideal com 7,6 atributos diferentes, e o colega de cabine ideal com 6,8. De todos os possíveis fatores que afetam a vida do intérprete, são os fatores humanos os mais imprevisíveis e difíceis de distinguir com precisão.

As 27 características do orador ideal se dividiram em cinco categorias: organização, qualidade da fala, velocidade, capacidade e experiência, e diversos. Sete dos intérpretes estipularam que o orador teria um raciocínio claro e/ou objetivo e linear, e que teria um sotaque padrão, não regional. Cinco também queriam que não falasse nem muito rápido nem muito devagar. Tirando esses pontos em comum, as outras características mencionadas se dividiram entre vários tópicos, com quase um terço caindo na categoria de “capacidade e experiência”. Essas incluíram exigências tais como: um orador tranquilo/não estressado, dinâmico, que saiba usar os recursos audiovisuais, que domine o assunto, etc.

O colega de cabine ideal foi caracterizado de forma mais coerente pelo grupo de intérpretes entrevistados. Os atributos se dividiram em três categorias: personalidade, capacidade profissional e comportamentos, sendo que quase metade das características estipuladas foram comportamentos ideais, e mais de 40% foram atributos de personalidade. Apenas 8,2% do total de qualidades mencionadas tiveram a ver com a capacidade profissional. A característica individual que ganhou de todas as outras foi que o colega oferece ajuda na hora certa da maneira certa (8). Seis também declararam preferir dividir a cabine com um amigo ou conhecido. Mais quatro características foram mencionadas por cinco intérpretes cada uma: que o colega seja calmo e não se estresse; que perceba quando o colega (intérprete entrevistado) precisa de ajuda; que tenha se

preparado; e que tenha desenvolvido seu glossário junto com o intérprete entrevistado.

Todos os entrevistados também descreveram as características ideais do **organizador do evento**, sendo que quatro estipularam que este teria consciência das necessidades dos intérpretes e que designaria uma pessoa para servir de contato para os intérpretes (lidar com problemas e perguntas, fornecer informações, etc.).

3.3.2 As restrições

Conforme já mencionado, a pergunta sobre as restrições que os intérpretes sentiam na profissão gerou um volume menor de respostas. Entretanto, as respostas em si demonstram um consenso maior e apontam para as questões reais que afetam a vida do intérprete.

De todos os fatores mencionados, foi consensual que a má qualidade do **som** e equipamentos representa a pior restrição. Todo mundo descreveu qualidades de áudio que dificultam ou impossibilitam o trabalho de interpretação, sendo o som chiado, com ruído ou sem limpidez a reclamação principal (9). Cinco dos intérpretes também afirmaram que a qualidade do som é a restrição principal: se não funcionar ou funcionar mal, o intérprete é impossibilitado de fazer um trabalho minimamente aceitável.

Três entrevistados indicaram outro fator como sendo o mais, ou um dos mais cruciais na vida do intérprete: o **orador**, sendo que um destes estipulou a velocidade elevada da fala como sendo o impedimento principal. O orador foi campeão, também, na quantidade de atributos individuais capazes de atrapalhar o desempenho do intérprete, com um total de 25. Cada entrevistado enumerou, em média, 6,4 características individuais do palestrante que dificultam sua atuação na cabine. As respostas se enquadraram nas mesmas categorias do evento ideal (organização, qualidade da fala, velocidade, capacidade e experiência, e diversos), só que, diferentemente, as categorias que concentraram a maior número de respostas foram as da qualidade da fala (36,2%) e da velocidade (20,7%). As duas características individuais que sobressaíram foram a velocidade elevada (8) e o sotaque forte/incompreensível do orador e/ou o palestrante que não está falando sua língua nativa (7).

O **colega de cabine** foi apontado por apenas um entrevistado como sendo o fator que mais atrapalha sua atuação profissional. Mesmo assim, o grupo de intérpretes descreveu muitos fatores envolvendo o parceiro que restringem sua atuação profissional. Foi citado um total de 24 características individuais, sendo que cada entrevistado enumerou 5,1 fatores, em média. Tal como no evento ideal, as respostas se dividiram em três categorias (personalidade, capacidade profissional e comportamentos). A grande maioria das restrições descritas pelos entrevistados disseram respeito a comportamentos indesejados, que responderam por 73,9% das respostas. A importância da capacidade profissional e/ou experiência subiu para 19,6% (comparado com 8,2% no evento ideal), e a personalidade do colega de cabine quase deixou de ser mencionada, respondendo por apenas 6,5% das respostas. Dos 16 comportamentos negativos, o mais mencionado foi o colega que oferece ajuda indesejada (por exemplo, sinônimos) (7), seguido pelo parceiro que não se concentra no evento (4), se ausentando da cabine ou fazendo alguma outra atividade (uma tradução escrita, por exemplo), e o colega que atende e/ou fala ao telefone (4). A diferença relativa do peso do colega de cabine ideal versus o colega enquanto restrição pode ser explicado pelo seguinte comentário:

Não é impossível trabalhar com um colega de cabine que tem essas características [desagradáveis], mas acabo sendo forçada a abstrair (fingir que estou sozinha). Naturalmente, isso é um recurso indesejável, e, inevitavelmente, o nível de estresse aumenta, o que prejudica meu desempenho.

O colega pode atrapalhar, mas não vai impossibilitar que o intérprete desempenhe seu trabalho.

O não recebimento de **material** antes do evento foi apontado como uma das questões logísticas que mais incomodam os intérpretes (8), principalmente quando o **assunto** é muito técnico ou difícil (5); aliás, dois dos intérpretes citaram esse conjunto de elementos como sendo um dos fatores restritivos chaves. Como um entrevistado explicou: “a falta de material não impossibilita um bom desempenho, mas quando recebo o material com antecedência e posso estudar, percebo que isso melhora bastante a qualidade da interpretação”. Entretanto, duas das intérpretes mais experientes acrescentaram que, na medida em que foram acumulando experiência, ficaram menos dependentes do material.

Outra situação citada como dificultando o desempenho foi quando o intérprete é **chamado de última hora** (4). Três dos entrevistados afirmaram que

essa é a circunstância mais complicada de enfrentar, sendo que dois a consideraram particularmente problemática quando o evento é muito técnico (pela impossibilidade de se estudar de antemão). Um lembrou que, ironicamente, quem acaba tendo que lidar mais com essa situação são os intérpretes recém-formados; irônico, pois são justamente esses os profissionais que têm menos recursos para lidar com o imprevisto, devido à limitada experiência. Também mencionaram que essa situação causa mais desgaste, e que “qualquer imprevisto ou problema ... aumenta o nível de estresse dos intérpretes”. O caso do evento de última hora é o epítome da imprevisibilidade, o que implica níveis muito elevados de estresse.

Aliás, é a natureza da atividade em si – as demandas elevadas de memória e esforço cognitivo – que fazem com que qualquer fator agravante seja experimentado com mais agudez que seria sob outras circunstâncias. A própria cabine – em especial, a adequação de seu tamanho – foi mencionada por cinco intérpretes como sendo capaz de atrapalhar sua atuação. Todas as restrições apontadas serão analisadas no próximo capítulo, junto com as respostas das outras perguntas, para caracterizar melhor as causas e fontes das inúmeras restrições que os intérpretes sentem no decorrer de sua atividade profissional.

3.3.3 Escolhas tradutórias

Os intérpretes tomam decisões tradutórias durante sua preparação, anteriormente ao evento, e também no decorrer do evento. Todos os entrevistados citaram o **material fornecido pelo cliente** como sendo a fonte principal de qualquer estudo prévio, e todos usam **Google**™ para buscar informações na Internet. As técnicas de busca citadas tiveram ligeiras diferenças, sendo a mais comum o uso do nome do cliente e o nome do produto (6), seguida pelo site do cliente (4) e sites de outras empresas ou organizações relacionadas (4). Quatro declararam que evitam tirar de textos traduzidos os termos que procuram durante a pesquisa na web. Outras fontes de terminologia citadas incluíram outros intérpretes, além de amigos e conhecidos que trabalham no ramo do evento. Apenas dois profissionais disseram que recorrem a obras de referência impressas (dicionários e enciclopédias).

Sete dos nove entrevistados procuram **tirar dúvidas com os palestrantes** e/ou participantes do evento e/ou cliente no dia do evento (antes de começar) ou anteriormente (em reunião ou via e-mail). Dois terços disseram que **anotam os**

termos usados pelos oradores e outros participantes após o início do evento, assim alterando e adequando o glossário para a linguagem específica sendo usada (“todo evento tem suas especificidades”). Um deles explicou: “levo em mente que esse glossário [preparado antes do evento] é tentativo, pois vai mudar depois de eu chegar no evento”. As fontes principais dessas mudanças, além dos próprios oradores, são os participantes no evento que dão dicas (4) e os clientes que impõem determinadas traduções (4).

A outra pessoa que influencia as escolhas tradutórias de intérpretes é o próprio **colega de cabine**. Cinco pessoas disseram que gostam de desenvolver o glossário com o colega, o que já implica uma parceria, uma troca de opiniões. Outros dois intérpretes disseram que tiram dúvidas de termos com ele antes do início do evento. Como explicou um dos informantes: “preciso afinar o vocabulário com o colega de cabine”, o que não é necessariamente tão simples, se lembrarmos que o comportamento do colega de cabine que os informantes mais refutaram foi a oferta de ajuda indesejada. Outro intérprete comentou que “quando há uma divergência de tradução entre eu e o colega, tento primeiro resolver com o colega, mas se isso não der certo, recorro ao orador”.

3.3.4 Crenças sobre interpretação

A maioria dos intérpretes demonstrou uma preocupação predominante com a recepção de sua fala pela platéia. Algumas frases típicas dos depoimentos foram: “penso mais na minha fala e como vai ser recebida pela platéia”; “minha preocupação principal é com a recepção”; e “procuro adequar minha tradução para o público”. Outros disseram que o viés pode depender do orador: “quem define como vou traduzir é o orador. Se for um orador ruim, vou pensar mais no ouvinte e vou adaptar mais”. Outro afirmou que gosta de interpretar de forma bastante livre, mas que é impedido se a velocidade da fala for muito elevada ou se o orador estiver lendo rapidamente. Diz outro: “quando o assunto é muito técnico e/ou a velocidade, alta, tento equilibrar o conteúdo e a forma, mas minha preocupação principal é com a minha produção (especialmente quando o palestrante fala mal ou não termina as frases)”.

Como este último mencionou, o assunto é outro fator que afeta a maneira de que o intérprete trabalha: “se o evento for altamente técnico e sei que a platéia vai entender, reproduzo toda a complexidade da fala do orador”. Outro colega

concorda: “se for um assunto muito técnico ..., fico muito mais preocupada com o conteúdo. Mas se o assunto for mais *light*, floreio mais para agradar ao ouvinte”. Um dos entrevistados afirmou que tenta “encontrar um equilíbrio ... [passando] todo o sentido ... e produzindo uma fala que soe naturalmente para os ouvintes”, mas ela própria acrescenta que “o foco mais na forma ou no conteúdo depende muito do assunto/tópico e as circunstâncias”.

Conteúdo cultural é uma inevitabilidade em eventos com interpretação. Dos cinco intérpretes que o mencionaram, quatro afirmaram que procuram não adaptá-lo (“eu não substituiria ‘favela’ por ‘*township*’ – não estamos na África do Sul!”). A quinta pessoa desse grupo elucidou que: “se o conceito for muito culturalmente enraizado, tento adaptar ou, se não der, traduzo literalmente e incluo uma glosa, quando dá tempo”. Três dos quatro intérpretes que disseram preferir manter as referências culturais também auxiliam a compreensão com uma glosa.

Falar “fora da vez” foi um tópico que gerou comentários por parte de cinco dos intérpretes. Um deles simplesmente explicou que passa “o máximo de conteúdo possível, sem acrescentar informações desnecessariamente à fala do orador”, e outro explicou que “não gosta de explicar o conteúdo mais que o orador”. Um afirmou que não fala diretamente com o público, já outro foi mais enfático: “o intérprete deveria traduzir e evitar comentar.... Nunca deveria ter contato direto com o público pelo *headset*. Sua fala é sempre a fala do orador”.

A maneira de lidar com os erros do orador foi mencionada por quatro respondentes. Um desses simplesmente explicou que corrige os erros que sabe identificar com segurança, já outro falou que normalmente não corrige o erro do orador, exceto quando é óbvio que foi um lapso. Entretanto, ele próprio acrescenta que nem sempre é fácil identificar o que é um erro. Um dos informantes afirmou que quando o orador se corrige, o intérprete deveria repetir o que o orador diz, nunca prefixando tal correção com uma frase como: “o orador se corrige”. Entretanto, o quarto informante declarou que quando repara que o orador se enganou com algum fato, ou o corrige ou, quando não sabe como corrigir, prefixa sua fala com uma frase, como: “o orador está dizendo...”.

Quatro intérpretes fizeram menção de aspectos da imitação de voz do orador. Para um deles, transmitir o tom de voz do orador é uma das principais considerações, e para outro, espelhar a entoação é muito importante: “tendo a quase ‘me tornar’ o orador: se ele vibrar, eu vibro”. Esse mesmo intérprete tenta

melhorar a entoação quando é monocórdia, já outros dois entrevistados disseram que não gostam de melhorar a fala, mesmo que seja muito monocórdia.

Não obstante os comentários acima mencionados sobre a não interferência por parte do intérprete, há os que procuram “melhorar” a fala do orador. Dois intérpretes disseram que terminam as frases do orador quando este não as termina. Outro acrescentou que procura preencher espaços vazios deixados pelo orador para garantir uma fala fluente. Entretanto, o processo contrário tende a ser mais comum: a necessidade de ser seletivo para com o conteúdo e forma. Um dos entrevistados falou que “enxuga” a fala do orador, e outro explicou que um dos resultados da experiência é que se “aprende o que omitir” (os aspectos redundantes e desnecessários da fala do orador), o que resulta em uma interpretação melhor. Eu entendo esse comentário como tendo a ver com outro, feito por dois dos informantes, que afirmam procurar interpretar de forma “livre” e não “ao pé da letra”, e por um terceiro, que almeja nada mais que “passar de forma adequada o recado”.

O conteúdo de aproximadamente 15 horas de entrevistas foi apresentado nesta seção. Entretanto, mesmo depois de compilados, os dados ainda não falam por si só. Como o objetivo do presente estudo é iluminar a atuação profissional de intérpretes e as dificuldades que encontram no decorrer dessa atuação, em seguida, lançarei mão dos conceitos de normas tradutórias de Gideon Toury, e de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu, para tentar identificar as fontes das opiniões expressadas pelos intérpretes entrevistados e as motivações por trás de suas ações.

4

Vozes unificadas: a profissão em processo de consolidação

Neste capítulo, realizo uma análise dos dados compilados usando os conceitos expostos no terceiro capítulo (3.1) no sentido de identificar a existência de normas tradutórias no universo de interpretação sob investigação, assim revelando as regularidades existentes nas práticas tradutórias dos intérpretes, bem como suas crenças e convicções. Também procurarei compreender melhor a natureza e as fontes das restrições que limitam a atuação dos profissionais entrevistados e como elas vêm sendo contornadas e combatidas pela profissão. Com isso, criarei um quadro tentativo da profissão enquanto praticada na cidade do Rio de Janeiro. Inevitavelmente, minha experiência pessoal como intérprete também informará a discussão, e o texto se enriquecerá ainda com o auxílio de comentários feitos pelos entrevistados.

4.1 Normas inicial e preliminares

O ponto de partida são as normas inicial e preliminares identificadas. Entre os dois pólos de tradução – aceitável e adequada –, a interpretação simultânea no Rio de Janeiro tende para o lado de “aceitabilidade” (para como o pólo receptor), nos termos de Toury (e Inghilleri)¹. As repetidas menções do “público” e da “recepção”, as “melhoras” da fala do orador, o desejo de traduzir de forma “livre”, são todas manifestações do mesmo fenômeno e contrastam nitidamente com a pouca menção da palavra “fiel”. Apenas dois dos entrevistados enunciaram essa palavra, sendo que uma dessas menções apareceu na frase: “antigamente, eu procurava ser mais fiel”. Como um dos intérpretes opinou: “acho que uma boa interpretação fica quase imperceptível ... Faz com que o ouvinte lembre o menos possível que está ouvindo uma tradução”.

Entretanto, esse viés não foi encontrado em todos os aspectos. Vale notar que, com relação ao conteúdo cultural, a maioria dos intérpretes que expressaram uma opinião sobre o assunto disseram que mantêm as referências, o que poderia ser considerado contrário à aceitabilidade predominante. No entanto, esse fenômeno pode ser parcialmente explicado pelo fator “tempo”; o intérprete não

¹ Ver seção 3.1.1.

tem condições de pesquisar uma equivalência cultural para cada referência encontrada, tendo que optar pela saída mais prática.

Não podemos esquecer a força expressiva da voz e a importância dada por alguns dos entrevistados a espelhar o tom e ênfase do orador. Dentro da literatura à qual tive acesso, não encontrei a consideração da qualidade da voz em discussões sobre aceitabilidade *versus* adequação, no âmbito da interpretação. Eu consideraria que o intérprete que visasse produzir uma tonalidade e ênfase parecidas com as do orador produziria uma interpretação adequada (para com a fonte). Mesmo assim, não podemos deixar de considerar que a única maneira de verificar se as práticas estão coerentes com as crenças ou objetivos seria pela análise de corpora (gravações).

Passando para as normas preliminares, verificou-se a preponderância da interpretação simultânea em detrimento das outras modalidades possíveis nos eventos interpretados no Rio de Janeiro. Parece que essa norma preliminar tende a se firmar cada vez mais, pois já existem intérpretes experientes que se recusam a fazer consecutiva. Quando comecei o estudo, pretendia investigar todas as manifestações de interpretação em evidência na cidade, mas a predominância da simultânea foi tão marcada que descartei esse objetivo, e a presença relativa de outras modalidades deixou de ser investigada.

A outra norma preliminar identificada já era do meu conhecimento antes da pesquisa: que é praxe no mercado brasileiro interpretar de e para línguas A² e B³. O que foi mais revelador foi a existência de intérpretes trabalhando de e para duas línguas B, ou entre uma língua B e uma língua C. Uma intérprete entrevistada, que tem inglês e português como línguas ativas, descreveu em detalhes uma situação que, segundo ela, não é incomum: o surgimento de uma língua não esperada, que, neste mercado, é invariavelmente o espanhol. Ela explica que o procedimento correto nessa situação seria que o intérprete coordenador tomasse uma atitude, insistindo no uso de apenas as línguas oficiais do evento. Entretanto, quando um integrante da equipe aceita a situação e começa a interpretar, o que não é raro, segundo a informante, isso estabelece um precedente que é difícil de contestar.

² Uma explicação das línguas de trabalho encontra-se na nota 25.

³ Até recentemente, essa prática não era aceita pela AIIC, cujos códigos se baseiam nas práticas desenvolvidas em grandes organizações, principalmente na Europa, em que era praxe traduzir apenas para a língua A. Entretanto, com a entrada de mais países na EU, ficou impossível manter essa prática, e começou a ser aceita a tradução da língua A para a língua B. Em muitos países, como Brasil, Rússia e China, isso sempre foi aceito.

Em outras circunstâncias, o intérprete se encontra na situação longe do ideal quando participantes do evento empregam uma “não-língua”, o “portunhol”, uma mistura de português e espanhol. Ela surge em função da ignorância por parte do público leigo quanto às diferenças entre os dois idiomas, além do fato que, em culturas latino-americanas, poder-se-ia considerar uma “cortesia” tentar falar a língua da maioria presente. Seus “falantes” tendem a ser oradores de língua espanhola convidados para falar em inglês, que não dominam este idioma, além de brasileiros da platéia que fazem perguntas e/ou comentários (“o público brasileiro tem a tendência de acreditar que sabe falar espanhol”). Outro intérprete que mencionou esse impedimento explicou que, nessa situação, os intérpretes de português e espanhol até se confundem, ao tentar identificar a língua predominante, e não conseguem decidir se deveriam traduzir para o português ou para o espanhol. E isso, sem falar dos intérpretes (como o primeiro citado) que não têm espanhol como língua de trabalho.

Tanto a *imposição* de uma língua não-oficial ou inexistente quanto a *aceitação* dessas línguas por parte da equipe de interpretação demonstram limitações no poder que os intérpretes detêm no ambiente de trabalho em que circulam. A falta ou desconsideração da voz desses profissionais perante os representantes do campo dominante do evento (seja ele acadêmico, de tecnologia, das artes, etc.) demonstra a subserviência que esse grupo por vezes adota, até porque está ali prestando um serviço, e portanto não pode sempre agir como gostaria. Por outro lado, a tomada de atitudes por parte de um ou outro intérprete que dificultem a atuação de seus colegas é indicativa de uma falta de articulação entre as práticas profissionais desse grupo.

Poderia ser fácil condenar os fatos relatados acima como provas da inexistência de normas na profissão, mas seria precipitado. Tais divergências parecem ocorrer, principalmente, em situações limite, quando as circunstâncias “normais” se extrapolam. É verdade que o intérprete que trabalha no Rio de Janeiro fica muito mais sujeito ao imprevisto que o seu colega empregado pela ONU, e isso sem falar dos imprevistos inerentes à interpretação (em comparação, por exemplo, à tradução). Entretanto, acredito que podem ser interpretados de outra maneira, como veremos na próxima seção.

4.2 *Habitus* e campo em formação

Aqui, o objetivo é encontrar as fontes e naturezas das restrições e as regularidades de comportamentos inerentes à interpretação no Rio de Janeiro contemporâneo. Tomadas como um todo, as opiniões e declarações dos intérpretes entrevistados contêm evidências que apontam para tais regularidades e restrições, e os conceitos expostos no terceiro capítulo serão cruciais para uma análise significativa desses dados. No entanto, não procuro aqui empregar os conceitos de *habitus* e campo segundo uma leitura restrita de Bourdieu, mas lanço mão dos termos num sentido mais geral para poder discutir, de forma expressiva, os fenômenos identificados. Nesse sentido, formularei um quadro tentativo do universo profissional de interpretação enquanto praticado nessa cidade.

As restrições percebidas pelos intérpretes têm fontes múltiplas: a empresa de sonorização e o técnico empregado por ela; o orador; o intérprete colega; o intérprete coordenador; e o cliente e/ou organizador do evento. Ou seja, todos os outros participantes do evento. Embora a má qualidade do áudio tenha sido apontada por cinco pessoas como sendo a pior restrição, dois dos entrevistados mencionaram que esse aspecto vem melhorando durante os últimos anos. Isso parece ser consoante com a tendência geral no país de se ter e exigir tecnologias de melhor qualidade, que, por sua vez, advém do acesso a tecnologias importadas desde a abertura do mercado brasileiro em 1992, ano em que, coincidentemente, o Rio sediou a segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), que suscitou uma demanda inédita por intérpretes. É essa abertura econômica, resultado e força motriz da globalização que, desde então, nutre a proliferação de eventos com interpretação nesse mercado.

Seria interessante identificar se a questão do áudio se restringe a este mercado, ou se constitui uma reclamação geral na profissão. *The AIIC Workload Study*⁴, uma pesquisa comissionada pela AIIC e completada em 2001, procurou identificar e quantificar as causas de estresse e *burnout* (exaustão física e emocional causada por períodos prolongados de estresse) do intérprete profissional. Os fatores psicológicos foram pesquisados por meio de um questionário enviado por e-mail, que gerou 607 respostas. Os fatores que contribuíram para o estresse dos respondentes foram:

⁴ Relatório executivo acessado no url http://www.aiic.net/ViewPage.cfm?page_id=888 em 16 de janeiro de 2006.

velocidade elevada do orador (54%); complexidade do texto (50%); assunto da reunião (48%), orador que lê (34%); sotaque difícil (31%) e desconforto na cabine (24%) ... A queda do desempenho foi relatada com mais frequência pelos respondentes que trabalham em cabines móveis.

Infelizmente, os dados não foram compilados de acordo com o país ou região, impossibilitando uma comparação geográfica. Entretanto, a ênfase que os entrevistados do Rio de Janeiro deram para a qualidade do áudio, comparada com o menor destaque que esse fator ganha nos dados compilados pela AIIC, indica que isso representa um problema maior aqui do que para a maioria dos membros da AIIC, que se concentram, principalmente, na Europa.

O orador – a segunda maior restrição, de acordo com os dados do presente estudo – naturalmente se preocupa mais com sua própria fala, e muitas vezes não leva em consideração as necessidades dos intérpretes, mesmo que estes as expliquem antes do evento. As crenças errôneas, desconhecimento e/ou desconsideração por parte do orador a respeito da interpretação são indicativas da pouca visibilidade desse grupo dentro do contexto do evento. O orador é a porta-voz do campo majoritário presente no evento e, portanto, seu *habitus* está “em casa”. Para o intérprete fazer um bom trabalho, ele precisa espelhar o *habitus* do orador, pelo menos em termos de sua fala (seus “hábitos lingüísticos”, por assim dizer), para que essa fala seja aceita pelos outros participantes presentes. Isso inclui, como já vimos, a ênfase e o tom da voz, além do registro e o campo lexical. No entanto, os intérpretes e/ou intérprete coordenador também precisam se impor quando procuram exigir o cumprimento de pré-requisitos, tais como uma velocidade mais lenta e o fornecimento de material, e para tal, precisam utilizar um *habitus* profissional coerente.

Quem faz o intercâmbio entre os profissionais contratados e os oradores é o intérprete coordenador, que pode ou não ser ligado a um escritório de interpretação, e essa pessoa também encontra obstáculos ao desempenhar seu papel. Seis dos entrevistados disseram que é raro eles receberem material antes do evento, e um explica a cadeia de informações que pode existir entre o intérprete e o orador: cliente ↔ organizadora de eventos ↔ escritório de interpretações ↔ intérprete coordenador ↔ intérprete. E para confundir ainda mais essa comunicação, quanto maior o porte da empresa envolvida, maior a probabilidade de que as pessoas encarregadas da troca de informações sejam secretário/as ou administrador/as. Outro entrevistado comenta: “devido a uma estratificação

cultural no Brasil, as pessoas que ocupam cargos ‘inferiores’ ficam com receio de atrapalhar pessoas que ocupam cargos ‘superiores’”. Esse receio se multiplica pelo fato de essas últimas, os oradores, serem representantes-chaves do campo regente do evento e freqüentemente virem de outro país visto como superior, dada a posição periférica ocupada pelo Brasil em termos globais. Mesmo quando a via de contato é menos tortuosa, os clientes podem negar o pedido de material por causa da natureza sigilosa do evento, seja ele comercial ou governamental (mencionada por quatro informantes). Adicionalmente, o contato direto entre intérpretes e oradores no dia do evento pode ser considerado anti-ético e portanto evitado pelos intérpretes, para que estes evitem a suspeita de querer criar algum vínculo comercial direto com os oradores e/ou o cliente (i.e. “roubar” o cliente do escritório de interpretação que fez a contratação dos intérpretes).

O intérprete, principalmente quando contratado por terceiros, fica com as mãos atadas: precisa receber os recursos necessários para fazer um bom trabalho, mas não pode agir de forma independente. Sua capacidade de desenvolver um *habitus* profissional fica prejudicada pelas restrições, muitas vezes conflitantes, que experimenta. Isso é mais do que claro pelo conflito de comportamentos descrito por todos os intérpretes entrevistados. O colega que oferece dicas inúteis ou indesejadas nada mais é que o profissional preocupado com a recepção por parte dos participantes do evento, membros legítimos do campo dominante. Não se pode influenciar o tom de voz do colega, mas o léxico, sim. E, como vimos, a tarefa central do intérprete é passar a impressão de que sua fala seja a fala do orador.

A ajuda bem-vinda oferecida da maneira certa e na hora certa é o outro lado da mesma moeda; mas o que será que fica por trás da aceitação ou não de ajuda, e a oferta de dicas mais ou menos relevantes? Por um lado, entende-se que, por serem seres pensantes, dotados de capacidades cognitivas e linguísticas altamente desenvolvidas, os intérpretes normalmente têm opiniões formadas sobre a melhor maneira de traduzir e se comportar. Entretanto, eles levam para a cabine um *habitus* profissional desenvolvido, muitas vezes, antes de se tornarem intérpretes. Muitos ingressam na profissão relativamente tarde na vida, depois de terem tido outras experiências profissionais, e a maioria mantém outra(s) fonte(s) de renda (da amostra de nove, apenas dois trabalham exclusivamente com interpretação). Essas variadas formações (que incluem, em muitos casos, estádias e/ou formação

no exterior) podem explicar, em parte, as divergências de comportamento encontradas. E a necessidade econômica de se ter outras atividades remuneradas está por trás de dois dos comportamentos mais criticados: o intérprete que atende/fala ao telefone e aquele que faz traduções escritas dentro da cabine entre seus turnos.

É interessante notar que dicas de terminologia oriundas de outras partes – do cliente, orador e participantes – são recebidas de outra maneira, mesmo quando não procuradas ativamente. Um informante contrasta a tradução, em que a interferência do cliente tende a ser uma irritação, com a interpretação, em que “a ajuda do cliente durante o evento é bem-vinda”. Não deixa de representar uma restrição – o intérprete teria que ter fortes motivos para ignorar uma tradução sugerida pelo cliente, principalmente quando se trata de um termo técnico – mas seu efeito é positivo, pois elimina dúvidas e possíveis conflitos entre os dois integrantes da cabine. Da mesma forma, muitos intérpretes indicaram que um feedback construtivo é uma ótima indicação do uso adequado da terminologia prevalente no evento. Uma das entrevistadas citou o melhor elogio que ela já recebeu, que ocorreu depois de um evento da área de engenharia, quando dois dos membros da platéia foram até a cabine para perguntar se ela e a colega eram engenheiras. Mais uma vez, o que o profissional almeja é o aval dos membros do campo dominante; a afirmação de que tenha se ajustado a ponto de se confundir com o *habitus* dos participantes desse campo.

Isso relembra a maneira como os intérpretes fazem seu estudo antes do evento, preferindo o material fornecido pelo cliente, o site do cliente, sites da mesma área e o nome do orador como fontes de pesquisa. E rejeitando textos traduzidos. O intérprete gosta de ir até a fonte originária para experimentar diretamente, sem interferências, o estilo, registro e léxico do campo a ser representado no evento. O tradutor, quando reconhecido, é rejeitado pelo intérprete a favor dos membros legítimos do campo no qual vai ingressar, mesmo que temporariamente.

Um comentário solto feito por um dos entrevistados me parece bastante indicativo da adaptabilidade característica do *habitus* do intérprete. Ele comentou que é importante usar a roupa certa para o evento: “não pode usar terno e gravata para uma reunião sindical, e não pode chegar de calça e camisa para uma reunião do Banco Central”. Segundo ele, a roupa que o intérprete usa ajuda os

participantes a saber como tratá-lo, pois, “a priori, não pertence a uma categoria pré-estabelecida”.

Até agora, pode parecer que estamos tratando de uma profissão organizada de forma precária cujos praticantes muitas vezes não sabem como devem agir, mas seria uma condenação injusta. Desde os anos 1950, quando surgiram os primeiros cursos de formação, trabalhos de pesquisa e associações, o objetivo primordial dos líderes da profissão tem sido sua formalização, estruturação, normatização, reconhecimento e elevação. Houve várias conquistas, tanto em nível transnacional (nas grandes órgãos como a ONU e a União Européia, e nas grandes associações, como a AIIC) como em nível nacional.

No Brasil, os primeiros intérpretes lutaram para assegurar honorários e condições de trabalho adequados, principalmente a partir da formação da APIC, em 1971, nos moldes da AIIC. Uma prova do sucesso desses pioneiros é a aceitação por parte de quase todos os entrevistados dos preços sugeridos pelo SINTRA⁵, que representa tradutores e intérpretes. Os cursos de formação principais também ajudam na formação de um *habitus* compartilhado, ensinando os alunos sobre a importância de condições de trabalho adequadas e estabelecendo padrões de qualidade e métodos de trabalho. A insistência no papel fundamental do estudo prévio é outro resultado dessa formalização, e a grande coerência das respostas nesse respeito é prova de sua eficácia.

O que ficou evidente pela análise dos dados é que, apesar dos vários impedimentos e restrições capazes de dificultar a vida do intérprete profissional, há sinais muito positivos de que um *habitus* profissional vem se firmando. Em três décadas, a atividade de interpretação neste país deixou de ser exercida casualmente por pessoas sem formação para se tornar a ocupação de um grupo de profissionais, na maioria formados, engajados na exigência de condições adequadas de trabalho e a elevação de padrões de qualidade. Considerando a vasta e obscura história da atividade, essas mudanças surgiram num período extremamente curto, e são auspiciosas para a consolidação continuada da profissão.

Recapitulando as questões centrais levantadas neste trabalho, estamos tratando de uma atividade milenar que, surpreendentemente, ostenta traços de uma

⁵ Ver página 49 e nota 27.

profissão em formação. Em primeiro lugar, carece de um campo totalmente estabelecido, embora tenham sido identificados sinais de consolidação: a estruturação da profissão com associações de classe; os cursos de formação de intérpretes, ensinando um *habitus* profissional baseado cada vez mais nas descobertas advindas da academia; e uma certa coerência dos *habitus* profissionais descritos pelos entrevistados, que valorizam a discrição (beirando a imperceptibilidade) e a adaptabilidade.

As normas estabelecidas pela profissão, por meio de códigos profissionais e de ética, são mantidas quando possível, mas vimos que há casos em que os profissionais são contrariados pelos membros de outros campos, e ficam sem recursos para impor as condições necessárias para assegurar um bom desempenho. Enquanto a norma inicial foi identificada com bastante clareza, a norma preliminar que diz respeito às línguas de trabalho, a qual deveria seguir a norma escrita nos códigos das associações de classe, fica sujeita a interferência por outras partes interessadas no evento. Seria interessante saber se essa restrição é característica deste mercado especificamente, ou se é comum em outras regiões do mundo.

As condições que possibilitaram o estabelecimento da interpretação simultânea tiveram como conseqüência a elevação do status da profissão, tirando-a do alcance do amador e dando-lhe uma aura de mistério, graças à aparelhagem tecnológica que a envolve. Mas isso aumentou a complexidade da operação, também. Em primeiro lugar, a demanda por intérpretes cresceu: um profissional dá conta de duas horas de consecutiva sozinho, mas apenas de uma hora de simultânea. O trabalho em duplas exige a cooperação entre dois seres pensantes, o que, como vimos, traz certas dificuldades. Adicionalmente, a modalidade afasta o intérprete da fonte da fala – o orador – deixando-o à mercê da capacidade e boa vontade de terceiros. E a própria tecnologia traz muitas possíveis fontes de problemas, tanto técnicas como humanas.

Entretanto, as especificidades e complexidades que destacam a simultânea das outras modalidades de interpretação trouxeram um grande e vantajoso efeito colateral: possibilitaram e até demandaram a organização e unificação da profissão. Foi na busca de resoluções dos problemas levantados pelo surgimento e crescimento dessa modalidade que as associações de classe e cursos de formação se estruturaram, reivindicando níveis de remuneração e condições de trabalho

compatíveis com as elevadas demandas da atividade. O campo ou sub-campo da profissão de interpretação veio se formando durante esse processo e os *habitus* de seus integrantes começaram a se moldar. As descobertas das pesquisas sobre interpretação realizadas durante esse mesmo período têm auxiliado na criação de programas e métodos de formação mais eficazes, e vêm fornecendo dados valiosos para sustentar as exigências de condições de trabalho cada vez mais adequadas.

Juntando-se todos esses fatores, fica claro que não é por acaso que a simultânea é a modalidade preferida da grande maioria dos intérpretes atualmente (100% dos entrevistados). Entretanto, vale lembrar que aquilo que parece normal (norma) hoje foi conquistado em um período extremamente curto, se comparado com a magnitude histórica da atividade. Foram os pioneiros da era moderna que estabeleceram o primeiro *habitus* padrão e construíram o campo profissional ao seu redor. Se os primeiros passos forem perdurar para as próximas gerações, só poderá ser através do fortalecimento do campo e da aceitação por todos de um *habitus* profissional padronizado.

4.3 Perspectivas para os campos profissional e acadêmico

Seria interessante, em futuros trabalhos, poder ampliar o escopo para incluir outras modalidades de interpretação, além dos outros participantes do evento – oradores, platéia, organizadores e técnicos – para identificar suas atitudes para com intérpretes e interpretação, e as restrições que incidem na *sua* atuação (que podem ter uma espécie de efeito dominó). Tendo sido identificadas as fontes principais das restrições, trabalhos futuros poderiam partir delas e abordar um universo maior de intérpretes. Poder-se-ia comparar os *habitus* de profissionais de diferentes regiões do mundo, e identificar se há sinais de um campo mais bem definido em alguma região ou mercado.

Comparações entre os *habitus* de intérpretes e tradutores poderiam ser de interesse, também. A maioria dos intérpretes no mercado carioca também faz traduções escritas. Seria isso característico de outros mercados? E, se lembramos que alguns dos intérpretes desta pesquisa preferem evitar textos traduzidos quando fazem sua pesquisa, o que isso nos diz sobre suas crenças a respeito de traduções e tradutores, e qual a sua ligação com a interpretação?

A importância da academia e seu intercâmbio com a profissão é outra questão que merece mais estudo, tal como o intercâmbio entre acadêmicos da tradução e da interpretação, e entre as diferentes possíveis abordagens (mais ou menos “empíricas”, como expostas no segundo capítulo). O que está em jogo na discussão entre acadêmicos da área é a complicada tarefa de se consolidar em um único campo (ou sub-campo) as diferenças inerentes às diversas abordagens citadas. Entretanto, a interação – por meio de congressos, publicações e debates – demonstra que tradução e interpretação já existem enquanto (sub-)campo acadêmico; o que está em jogo são as relativas posições de liderança e periféricas.

Em resumo, o intérprete atua sob a influência não apenas dos agentes presentes na hora de seu trabalho – os outros envolvidos no evento interpretado em si – mas também de todas as outras partes que investem seu tempo e energia para discutir, definir, modificar e compreender a interpretação enquanto profissão, enquanto fato social, enquanto fenômeno cognitivo, enquanto operação lingüística; enfim, em todas as facetas dessa atividade milenar que existe para facilitar a compreensão entre povos. E quanto mais essas discussões, debates e embates se espalharem e se disseminarem entre os grupos profissionais e acadêmicos do mundo todo, mais a profissão se beneficiará.

Bibliografia

- ALVES, F. e SCHEIBLE, I., 1996. H. J. Vermeer. A Teoria da Funcionalidade (Skopostheorie) e a Supremacia da Finalidade. In: E.R.P. Vieira (org.) *Teorizando e Contextualizando a Tradução*. Belo Horizonte: Curso de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG, 173-183.
- ARROJO, R., 1992. Tradução. In: J.L. Jobim (org.) *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 411-442.
- BAKER, M., 1998a. Introduction. In: M. Baker (org.) *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres e Nova York: Routledge, xiii-xviii.
- BAKER, M., 1998b. Translation Studies. In: M. Baker (org.) *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres e Nova York: Routledge, 277-280.
- BASSNETT, S., 1996. The Meek or the Mighty: Reappraising the Role of the Translator. In: R. Alvarez e M.C.A. Vidal (orgs.) *Translation, Power, Subversion*. Clevedon e Philadelphia: Multilingual Matters, 10-24.
- BASSNETT, S., 2002. *Translation Studies* (3ª edição). Londres e Nova York: Routledge.
- BOURDIEU, P., 1992. *As regras da arte* (tradução de Maria Lucia Machado). São Paulo: Editora Schwarcz.
- BOURDIEU, P., 1994, tradução para português de Mariza Corrêa em 2005. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora.
- CHERNOV, G.V., 1999. Simultaneous interpretation in Russia: Development of Research and Training. *Interpreting* 4/1: 41-54.
- CHESTERMAN, A e ARROJO, R., 2000. Shared ground in translation studies. *Target* 12: 151-60.
- DELISLE J. e WOODSWORTH J., 1995, traduzido por Sérgio Bath, 1998. *Os Tradutores na História*. São Paulo: Ed. Ática.
- FURLAN, M., 2001. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: I. Os Romanos. *Cadernos de Tradução* n. 8 – 2001/2. Florianópolis: Núcleo de Tradução, UFSC, 11-28.
- FURLAN, M., 2003. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: II. A Idade Média. *Cadernos de Tradução* n. 18 – 2003/2. Florianópolis: Núcleo de Tradução, UFSC, 9-28.
- GAIBA, F, 1999. Interpretation at the Nuremberg Trial, *Interpreting* 4/1: 9-22.
- GILE, D., 1998. Conference and simultaneous interpreting. In: M. Baker (org.) *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres e Nova York: Routledge, 40-45.
- GILE, D., 2001. Selecting a topic for PhD research in interpreting. In: D. Gile (org.) *Getting Started in Interpreting Research*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1-22.

- GILE, D., 2004a. Translation Research versus Interpreting Research: Kinship, Differences and Prospects for Partnership. *In: C. Schäffner (org.) Translation Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*. Clevedon, Buffalo e Toronto: Multilingual Matters Ltd., 10-34.
- GILE, D., 2004b. Response to the Invited Papers. *In: C. Schäffner (org.) Translation Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*. Clevedon, Buffalo e Toronto: Multilingual Matters Ltd., 124-127.
- HATIM, B. e MASON, I, 1997. *The Translator as Communicator*. Londres e Nova York: Routledge.
- HERMANN, A., 1956, traduzido por Ruth Morris, 2001. *In: F. Pöchhacker e M. Shlesinger (org.) Interpreting Studies Reader*. Nova York e Londres: Routledge, 15-22.
- HERMANS, T., 1999. *Translation in Systems. Descriptive and Systemic Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome Publishing.
- INGHILLERI, M., 2003. Habitus, field and discourse. Interpreting as a socially situated activity. *Target* 15/2: 243-268.
- INGHILLERI, M., 2004. Aligning Macro- and Micro- Dimensions in Interpreting Research. *In: C. Schäffner (org.) Translation Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*. Clevedon, Buffalo e Toronto: Multilingual Matters Ltd., 71-76.
- INGHILLERI, M., 2005. The Sociology of Bourdieu and the Construction of the 'Object' in Translation and Interpreting Studies. *The Translator* 11/2: 125-145.
- LEDERER, M., 1977/2002. Simultaneous Interpretation. Units of meaning and other features. *In: F. Pöchhacker e M. Shlesinger (orgs.) The Interpreting Studies Reader*. London e Nova York: Routledge, 131-140.
- LEFEVERE, A., 1990. Translation: Its Genealogy in the West. *In: S. Bassnett e A. Lefevere (orgs.) Translation, History and Culture*. London: Pinter, pp. 14-28.
- LEFEVERE A., e BASSNETT, S. 1998. Where are we in Translation Studies? *In: S. Bassnett e A. Lefevere. Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon e Filadélfia: Multilingual Matters, 1-11.
- MARTINS, M. A. P., 2002. Descriptive translation studies: uma revisão crítica. *Gragoatá* 13: 33-52.
- MASON, I., 2004. Conduits, Mediators, Spokespersons: Investigating Translator/Interpreter Behaviour. *In: C. Schäffner (org.) Translation Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*. Clevedon, Buffalo e Toronto: Multilingual Matters Ltd., 88-97.
- MOSER-MERCER, B., 1994. Paradigms gained or the art of productive disagreement, *In: S. Lambert e B. Moser-Mercer (orgs.), Bridging the Gap. Empirical Research in Simultaneous Interpretation*, pp. 17-23. Amsterdam: John Benjamins, reproduzido eletronicamente no site oficial da AIIC: http://www.aiic.net/en/prof/how/paradigms_gained.htm

- PÖCHHACKER, F. e SHLESINGER, M., 2002. Introduction. *In: F. Pöchhacker e M. Shlesinger (orgs.) The Interpreting Studies Reader*. London e Nova York: Routledge, 1-12.
- PÖCHHACKER, F., 2004a. *Introducing Interpreting Studies*. Nova York e Londres: Routledge.
- PÖCHHACKER, F., 2004b. I in TS: On Partnership in Translation Studies. *In: C. Schäffner (org.) Translation Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*. Clevedon, Buffalo e Toronto: Multilingual Matters Ltd., 104-115.
- ROSE, M. G., 2001. A senior surveys the common grounds. *Target* 13/2: 328-350.
- SCHÄFFNER, C., (org.) 2004a. *Translation Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*. Clevedon, Buffalo e Toronto. Multilingual Matters Ltd.
- SCHÄFFNER, C., 2004b. Researching Translation and Interpreting. *In: C. Schäffner (org.) Translation Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*. Clevedon, Buffalo e Toronto: Multilingual Matters Ltd., 1-9.
- SCHLEIERMACHER, F., 1813. Sobre os diferentes métodos de tradução. *In: W. HEIDERMANN (org.), 2001. Clássicos da teoria da tradução*. Florianópolis: UFSC – Núcleo de tradução, 26-87.
- SETTON, M., 2002. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação* 20. Versão eletrônica disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe20/anped-20-04.pdf>.
- SHLESINGER, M., 1998. Corpus-based interpreting studies as an offshoot of corpus-based translation studies. *Meta* 43/4: sem página. Versão eletrônica disponível em: <http://www.erudit.org/revue/meta/1998/v43/n4/004136ar.pdf>.
- SHLESINGER, M., 2001. Shared ground in interpreting studies too, *Target* 13/1: 165-168.
- TOURY, G., 1995. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- VENUTI, L., 1995. *The Translator's invisibility. A history of translation*. Londres e Nova York: Routledge.
- VENUTI, L. 1998. *The Scandals of Translation*. Londres e Nova York: Routledge.
- WADENSJÖ, C., 1998. Community Interpreting. *In: M. Baker (org.) Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres e Nova York: Routledge, 33-37.

Apêndice 1

Evento ideal: respostas tabeladas

Legenda: I = intérprete; IC = intérprete coordenador; P = palestrante; *** = fator chave

FATOR MENCIONADO	RESPOSTAS INDIVIDUAIS									
	soma	A	B	C	D	E	F	G	H	I
interpretação simultânea	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1
tipo de evento:										
evento grande	2		1			1				
curso (pq o discurso é didático)	2	1					1			
não importa o tamanho	2			1				1		
tem vários idiomas	2		1			1				
palestrante/s										
um palestrante só	3	1					1	1		
vários palestrantes	2		1	1						
poucos palestrantes	1				1					
duração:										
3,4, 5 dias / vários dias / 15 dias	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1
horário:										
6 horas/dia	6		1	1		1	1	1	1	
pela manhã	2	1								1
não mais de 8 horas	1				1					
honorários:										
tabela (SINTRA)	7	1		1	1	1	1	1	1	1
assunto faz diferença ou não:										
importa, porque afeta o desempenho (+exp.)	4					1		1	1	1
tem que ser um tema só	3	1			1		1			
eleva grau de satisfação, mas não necessariamente o desempenho	2	1					1			
não importa	2			1	1					
assunto de preferência										
tenho assuntos de preferência	7	1			1	1	1	1	1	1
contratação										
sou chamada por escritório de interpretação	3	1		1						1
sou contratado pelo cliente porque este conhece e gosta de meu trabalho	3		1			1			1	
contratação 2 semanas antes do evento	2			1			1			
sou intérprete coordenador	2		1			1				
sou chamada por um colega	2						1		1	
local / localização										
hotel confortável / local c/boa infraestrutura	7	1	1		1	1	1		1	1
local (sala):										
precisa ser apropriado p/eventos	2			1		1				
tem boa acústica	1			1						
está limpo	1			1						
tem ar condicionado	1					1				
Antes do evento, recebo/sou informado:										
logística										
contrato assinado pelo cliente	5	1			1	1			1	1
local do evento / como chegar	4	1	1	1			1			
tels dos Is e do IC / contato do cliente	3	1		1					1	

nome do colega de cabine	3			1				1	1
combinação linguística	2	1		1					
horário certo	2	1					1		
honorários (quanto vou ganhar)	1								1
nomes de todos os intérpretes	1								1
tel ou email dos palestrantes	1			1					
data do evento	1			1					
se o almoço está incluído	1						1		
material									
slides (ppt)	8	1		1	1	1	1	1	1
nome do/s palestrante/s	7	1		1		1	1	1	1
nome do evento / nome das organizações	4					1		1	1
programação completa	3							1	1
textos de todos os palestrantes	2		1						1
referências bibliográficas	2			1	1				
texto descrevendo a questão em pauta	1	1							
apostilas/material nos dois idiomas	1	1							
resumos dos trabalhos	1					1			
currículo dos palestrantes	1								1
Antes do evento (acontecimentos):									
troca com colega para desenvolver glossário	5	1		1	1	1	1		
encontro com os P's antes (em outro dia ou não)	5			1	1		1	1	1
intérpretes têm uma reunião antes do evento (em outro dia)	2		1		1				
tenho acesso ao slide desk	2	1							1
P's passam citações/anedotas/piadas p/l's	1					1			
troca com palestrantes (por e-mail/tel)	1						1		
Quando sou intérprete coordenador:									
escolho intérpretes de acordo com critérios profissionais e amizade	2		1			1			
escolho intérpretes de outros idiomas c/ base em referências de intérpretes de confiança	1					1			
posso retribuir trabalhos já recebidos de colegas	1					1			
coloco um falante nativo de cada idioma em cada cabine	1		1						
os intérpretes são contratados para traduzir os textos da conferência, também	1		1						
escolho a empresa de som	2					1			1
tenho mais controle sobre as condições	2								1
Orador	68	***							
ORGANIZAÇÃO	12								
é direto e/o objetivo / raciocínio linear/claro	7			1	1	1	1	1	1
está preparado	3			1	1				1
é didático	2	1					1		
QUALIDADE DA FALA	15								
tem sotaque bom (não muito forte) / nativo	7	1		1	1		1	1	1
tem boa dicção	4			1			1		1
norte americano	3	1				1	1		
tem boa entoação	1							1	
VELOCIDADE	13								
não fala nem rápido, nem devagar	5	1		1	1	1			1
controla bem o tempo	4				1	1		1	1

não lê	4		1	1	1		1		
CAPACIDADE / EXPERIÊNCIA COMO ORAD.	22								
é dinâmico / interativo	3		1		1			1	
é tranquilo (s/nervosismo)	3	1			1			1	
não sai muito do roteiro	2	1			1				
tem experiência em eventos c/interpretação	2				1	1			
sabe usar os recursos audiovisuais	2			1	1				
domina o assunto	2				1				1
tem experiência de falar em público	2				1				1
fala na distância certa do microfone	2							1	1
é inteligente (não necessariamente acadêmico)	1	1							
quando não entende alguma coisa, fala	1			1					
leva em conta o público (língua/cultura)	1					1			
não faz muita referência cultural	1				1				
OUTRO	6								
só tem um orador	2	1					1		
homem	1	1							
tem senso de humor	1					1			
usa laser pointer	1					1			
termina as frases	1							1	
Colega (e outros intérpretes)	61								
PERSONALIDADE	26								
é amigo / conhecido	6	1	1			1	1	1	1
calmo / não se estressa	5	1	1	1		1			1
percebe quando preciso de ajuda	5	1		1	1		1		1
troca afinada durante evento	2	1							1
pensa como eu	1	1							
não quer aparecer	1		1						
gosta de trabalhar de forma entrosada	1			1					
cria ambiente positivo	1			1					
sem conflito de personalidade	1					1			
tem senso de humor	1					1			
tem o mesmo estilo que eu	1							1	
é independente	1			1					
CAPACIDADE PROFISSIONAL	5								
competente	2					1			1
sua língua A complementa minha língua B	2		1				1		
tem experiência	1			1					
COMPORTAMENTOS DESEJÁVEIS	30								
oferece ajuda na hora certa da maneira certa (i.e. papel ou usando lábios)	7	1		1	1	1	1		1
desenvolve glossário comigo	5	1		1		1	1	1	
se preparou	5	1		1	1	1			1
me dá feedback	2			1			1		
chega com 30 min. de antecedência	2			1					1
presente (fisicamente e mentalmente)	2								1
leva laptop/glossários/dicionários	2				1			1	
tem postura profissional	1								1
combina a troca de turnos com anteced.	1			1					
trata bem os técnicos	1								1
não se importa quando saio um pouco	1			1					
tem cuidado com higiene pessoal	1								1
Audio / Audiovisual	***								
funciona direito (sem problemas)	7	1	1	1		1	1	1	1

límpido	4	1				1	1	1	
sem interferência	4	1				1	1	1	
equipamentos de boa qualidade	4		1	1		1			1
tem microfones suficientes	2		1			1			
fones limpos / higienizados	1				1				
datashow funciona	1				1				
Cabine									
ampla (o suficiente)	7	1		1		1	1	1	1
bem posicionada (p/ver P e tela)	6	1	1	1	1	1			1
ventilada / ar condicionado / temp. agrad.	6	1	1		1	1	1	1	
à prova de som	4	1	1			1			1
vidro bom / limpo	3	1							1
tem cadeiras próprias para interpretação	3			1			1		1
limpa	2			1					1
sólida	1								1
tem espaço/recursos para:									
caderno / dicionários / papel / água	3			1	1			1	
laptop	2				1				1
pendurar paletó / bolsa	2	1				1			
Técnico									
competente	8	1	1	1	1	1	1		1
presente (não some)	6			1	1	1		1	1
prestativo / cordial / gentil	4	1		1		1	1		
sabe calibrar bem o som (volume)	3					1	1		1
monta e testa equipamento com bastante antecedência	2			1		1			
sabe tomar iniciativa	2					1	1		
sabe colocar os microfones de lapela	2				1				1
não tem medo de "aparecer" (ir p/palco)	1				1				
Cliente									
dá feedback	2	1		1					
comunicação clara c/ IC e org. do evento	2			1					1
Cliente e/ou outros participantes									
elogiam a interpretação	1	1							
tem uma troca simpática entre público e l's	1		1						
fazem perguntas claras e diretas	1				1				
fazem perguntas na sua língua nativa	1						1		
fazem perguntas no microfone	1						1		
sabem que não podem obstruir visão dos l's	1			1					
falam uma pessoa de cada vez	1							1	
Intérprete coordenador									
comunicação clara c/cliente e org. do evento	3			1				1	1
é eficiente	1								1
sabe deixar os intérpretes trabalhar em paz	1								1
Organizador do evento									
tem consciência das necessidades dos l's	4	1	1			1	1		
designa pessoa como contato p/ os l's	4		1					1	1
tem alguém para os microfones (na Q&A)	3			1		1	1		
tem comunicação clara com IC e cliente	2			1				1	
facilita contato entre l's e P's	2					1	1		
controla bem o tempo (evento e sessões)	1				1				
tem alguém encarregado de fornecer água	1			1					
tem alguém para ajudar P's c/fones	1			1					
tem os crachás para os l's	1					1			

deu dicas aos P's sobre interpretação antes	1				1			
é eficiente/organizado	1						1	
Outro:								
tem água e café e/ou chá	6		1	1	1	1	1	1
tem acesso fácil aos banheiros	3		1	1		1		
não preciso usar relê	2		1				1	

Apêndice 2

Restrições: respostas tabeladas

Legenda: I = intérprete; IC = intérprete coordenador; P = palestrante; *** = fator chave

FATOR MENCIONADO	soma	RESPOSTAS INDIVIDUAIS								
		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Audio / Equipamentos		***	***					***	***	***
chiado / com ruído / sem limpidez	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1
volume muito alto/baixo	3						1	1	1	
fone funciona de um lado só	1					1				
audio não chega (p.ex. de um vídeo)	1								1	
equipamentos param de funcionar	1								1	
equipamentos ruins / microfone não funciona	2						1			1
Técnico										
incompetente	3	1			1					1
que sai / não procura ajudar	1						1			
Orador		***		***	***					
ORGANIZAÇÃO	8									
raciocínio confuso	4	1			1	1				1
faz muitas digressões	2				1	1				
se repete desnecessariamente	1									1
tenta dar um excesso de informações	1									1
QUALIDADE DA FALA	21									
sotaque forte	6	1			1	1	1	1	1	
é falante não nativo	3	1		1				1		
não domina a L que fala (e não usa ppt)	2			1					1	
não tem dicção boa	3			1					1	1
faz uma "sopa" de línguas (p.ex. "portunhol")	2			1	1					
fala um dialeto	2				1					1
tem tom monocórdio	2					1		1		
usa vocabulário rebuscado	1	1								
não termina as frases	1					1				
VELOCIDADE	12									
muito rápido	8	1	1	1	1	1	1	1		1
lê	3	1	1		1					
muito lento	1					1				
CAPACIDADE / EXPERIÊNCIA COMO ORAD.	8									
não domina uso dos equipamentos (ppt / micrfone)	3			1	1					1
nervoso / sem experiência / sem jeito	3				1		1			1
fica lendo os slides	1					1				
não sabe interagir	1				1					
OUTRO	9									
faz muitas referências (culturais)	3	1			1	1				
se recusa a encontrar com Is antes do evento	2			1			1			
usa regionalismos	2				1				1	
não responde às perguntas dos Is	1			1						
ditados	1				1					
Colega						***				
PERSONALIDADE	3									
alguém que não conheço	2							1	1	

não sabe receber ajuda	1					1			
CAPACIDADE PROFISSIONAL	9								
tem dificuldade (aí não pode ajudar)	3	1	1	1					
não tem experiência	2	1	1						
não está preparado	2			1					1
que não domina as línguas de trabalho	1	1							
que interpreta de forma muito literal	1	1							
COMPORTAMENTOS QUE ATRAPALHAM	34								
oferece ajuda inútil (p.ex. sinônimos)	7	1	1	1	1	1	1	1	1
não fica focado no evento (sai / traduz)	4			1	1	1	1	1	1
fala ao telefone / atendo o telefone	4		1	1				1	1
faz barulho (alto)	3		1	1					1
fica "vigiando"	2	1			1				
que pega o microfone fora da vez	2	1			1				
não oferece ajuda / não coopera	2					1	1		
passa dicas faladas (e não escritas)	2		1				1		
faz brincadeiras	1	1							
"espaçoso" (fala alto / quer atrair atenção)	1	1							
quer que eu trabalhe do jeito dele	1	1							
come / bebe café / lê jornal	1		1						
é inflexível sobre a duração dos turnos	1		1						
aceita condições de trabalho que não considero aceitáveis (mas estabelece precedente)	1				1				
não comunica comigo antes do evento	1					1			
postura não profissional (dorme / ri alto, etc.)	1								1
que não respeita o tempo dos turnos	1						1		
Cabine									
muito pequena	5			1	1	1	1	1	1
sem boa visibilidade do orador/tela	3			1	1	1			
mal projetada (difícil para l's entrar/sair)	2							1	1
sem ventilação / muito quente	2			1	1				
suja / com mau cheiro	2				1	1		1	
com vidro arranhado / distorcido	1			1					
com técnico dentro	1					1			
Assunto									***
muito técnico (esp. se não recebi material antes)	3	1				1			1
muito difícil / denso	2		1				1		
Outros participantes									
perguntas fora do microfone	2				1	1			
dicas de terminologia	1	1							
perguntas que não são perguntas	1			1					
interrompem o palestrante	1						1		
ninguém está ouvindo a tradução	1						1		
Cliente									
baixo nível de exigência (em termos de qualidade)	1	1							
não oferece feedback criterioso	1	1							
Intérprete coordenador									
que não ajuda (só faz marketing)	1					1			
Questões logísticas									
MATERIAL									
não recebo material antes	8	1	1	1	1	1	1	1	1
não sei o nome do evento	3		1				1		1

não recebo a programação antes	2						1	1
não sei qual será o assunto	1		1					
INTERPRETAÇÃO / LINGUAS								
não sei com quem vou trabalhar	2		1					1
combinação linguística muda de última hora	1		1					
não sei qual será a combinação linguística	1		1					
LOGÍSTICA & ORGANIZAÇÃO								
sou chamada de última hora	4		1	1	1			1
muitos dias (rotina cansa)	2			1				1
viagem (sem tempo para descansar)	2				1			1
contato com P's mediado por alguém que não facilita acesso / não há pessoa p/esse contato	2				1	1		
ninguém controla o tempo do evento / apresentações	2			1		1		
não sei quanto vou ganhar	1							1
Outro:								
sussurrada para 3 ou 4 pessoas	1				1			
intérprete "roaming" (ou seja, número insuficiente de intérpretes)	1				1			
não dá para se dedicar 100% à interpretação	1					1		
imprevisibilidade da fala (natureza da interpretação)	1			1				
Quando trabalho como intérprete coordenador								
é difícil conseguir material do cliente	2		1					1
é difícil conseguir os honorários/hora extra etc.	1							1
Não tenho contato direto com o cliente:								
quando o cliente é governo/entidade pública	1					1		
quando sou contratada por uma escritório de interpretação	1					1		

Apêndice 3

Escolhas tradutórias: respostas tabeladas

Legenda: I = intérprete; IC = intérprete coordenador;
P = palestrante; *** = fator chave

FATOR MENCIONADO	soma	RESPOSTAS INDIVIDUAIS								
		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Antes do evento:										
fonte principal = material fornecido pelo cliente (quando tem)	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1
INTERNET										
nome do cliente + nome do produto	6	1	1		1	1			1	1
site do cliente	4	1	1		1	1				
textos não traduzidos	4	1		1			1		1	
sites de outras empresas/organizações	4	1		1			1			1
nome dos P's p/encontrar currículo etc.	3				1	1		1		
glossários	3	1						1	1	
textos gerais sobre assunto	3			1				1		1
nome do evento	1		1							
PESSOAS										
glossários meus / de colegas / do IC	3				1	1		1		
troca c/colega p/criar o glossário	3	1			1					1
envio de dúvidas p/contato do cliente ou cliente	2	1							1	
pergunta p/pessoas da mesma área	2			1			1			
OUTROS RECURSOS										
uso enciclopédias / dicionários bi/mono	2			1						1
No dia do evento - participantes/cliente										
tiro dúvidas do glossário c/participantes / cliente / P's antes/durante o evento	7	1	1	1	1	1			1	1
anoto termos/registo usados pelos P's (da fala e dos slides) p/ alterar meu glossário	6	1		1	1	1		1		1
participantes no evento dão dicas	4	1	1				1		1	
cliente impõe uma tradução / corrige	4		1	1			1		1	
pego material impresso	2			1	1					
No evento - resolução de divergências c/colega										
tiramos dúvidas antes do início do evento	2		1							1
sigo a escolha do parceiro, se for IC; quando tenho certeza que esta não está certa, procuro conversar com ele durante o intervalo.	1	1								
quando surge uma divergência, se não conseguirmos resolver juntos, recorro ao orador (principalmente se eu for o IC	1									1

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)